



Yasmin D´Almeida Chedid

**A subalternização de agentes do Norte Global
às mulheres brasileiras em um contexto de turismo:
uma análise pós-colonial**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas do Departamento de Administração da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Marcus Wilcox Hemais

Rio de Janeiro
Abril de 2020



Yasmin D´Almeida Chedid

**A subalternização de agentes do Norte Global
às mulheres brasileiras em um contexto de turismo:
uma análise pós-colonial**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Administração de Empresas da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Marcus Wilcox Hemais

Orientador

Departamento de Administração – PUC-Rio

Prof. Luis Alexandre Grubits de Paula Pessoa

Departamento de Administração - PUC-Rio

Profa. Ana Raquel Coelho Rocha

UFF

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Yasmin D´Almeida Chedid

Graduou-se em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em julho de 2017. Especializou-se em Comunicação e Design Digital pela Escola Superior de Publicidade e Marketing (ESPM-Rio) em dezembro de 2018.

Ficha Catalográfica

Chedid, Yasmin D´ Almeida

A subalternização de agentes do Norte Global às mulheres brasileiras em um contexto de turismo : uma análise pós-colonial / Yasmin D´ Almeida Chedid ; orientador: Marcus Wilcox Hemais. – 2020.

57 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, 2020.

Inclui bibliografia

1. Administração - Teses. 2. Turismo. 3. Mulher. 4. Brasileira. 5. Pós-Coloniais. 6. Subalternização. I. Hemais, Marcus Wilcox. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Administração. III. Título.

CDD:658

Agradecimentos

À minha mãe e aos meus avós, que sempre acreditaram na minha capacidade, que estiveram presentes, me apoiando incondicionalmente.

Obrigada por nunca terem me dado qualquer ideia de que eu não poderia fazer ou ser o que quisesse.

Obrigada pelos esforços incansáveis para que eu tivesse uma educação de qualidade e para que eu alcançasse meus sonhos.

Ao meu querido orientador e amigo, Marcus Wilcox Hemais, que me ensinou tanto durante os dois anos de Mestrado e que sempre acreditou em mim. Muito obrigada por toda disponibilidade, paciência, por me manter motivada e por me incentivar a sair da zona de conforto e dar seguimento ao meu tema de dissertação.

Aos meus amigos do Mestrado, que foram essenciais para essa etapa, especialmente Laís, Mariana, Giovanna e Jordana. Obrigada por todos os momentos divididos, pelos ensinamentos e pelas risadas compartilhadas.

Aos meus amigos da vida, especialmente Ana Júlia, Luana, Duda, Gabriel, Mariana e Carol, que estiveram sempre me enviando mensagens de apoio, que aguentaram meus momentos de desespero e estão sempre comigo.

Aos meus chefes e colegas de trabalho, que estiveram me apoiando e me dando flexibilidade de tempo para que eu pudesse concluir mais essa etapa.

Às entrevistadas, que me incentivaram e que aceitaram compartilhar suas histórias. Obrigada por me ajudarem e me ensinarem tanto. Agradeço por me mostrarem que devemos continuar lutando pelo que acreditamos.

Resumo

Chedid, Yasmin D'Almeida; Hemais, Marcus Wilcox. **A subalternização de agentes do Norte Global às mulheres brasileiras em um contexto de turismo: uma análise pós-colonial**. Rio de Janeiro, 2020. 57p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O imaginário de beleza e sexualidade ainda se faz presente em diferentes segmentos, como o de turismo, com o objetivo de vender o Brasil como produto. Ao colocar a mulher brasileira como centro deste imaginário, verifica-se que há um processo de silenciamento desse sujeito, impossibilitando-o de que se autorrepresente. Esse processo de silenciamento do sujeito feminino é analisado por autores pós-coloniais, como Gayatri Spivak, que considera esse sujeito duplamente subalternizado: pelo patriarcado e pelo colonialismo. O presente estudo buscou, então, compreender de que forma a subalternização de agentes do Norte Global às mulheres brasileiras se materializa em um contexto de turismo. Para atingir o estado de conhecimento estabelecido, foram realizadas entrevistas em profundidade com 11 mulheres brasileiras que tiveram experiências de turismo em países do Norte Global. A análise dos dados mostra que a subalternidade se materializa por meio da visão da mulher brasileira como sendo associada a prostituição; da figura feminina como um objeto sexual; e da percepção de que o Brasil é um país repleto de atrasos, trazendo às entrevistadas sentimentos negativos quanto à sua identidade perante povos Eurocêntricos.

Palavras-chave

Turismo; mulher; brasileira; pós-coloniais; subalternização.

Abstract

Chedid, Yasmin D'Almeida; Hemais, Marcus Wilcox (Advisor). **The subordination of agents from the Global North to Brazilian women in a tourism context: a post-colonial analysis.** Rio de Janeiro, 2020. 57p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The imaginary of beauty and sexuality is still present in different segments, such as tourism, with the aim of selling Brazil as a product. By placing the Brazilian woman at the center of this imaginary, it appears that there is a process of silencing this subject, making it impossible for him to represent himself. This process of silencing the female subject is analyzed by post-colonial authors, such as Gayatri Spivak, who considers this subject doubly subordinate: by patriarchy and colonialism. The present study then sought to understand how the subordination of agents from the Global North to Brazilian women is materialized in a tourism context. In order to reach the state of knowledge established, in-depth interviews were conducted with 11 Brazilian women who had tourism experiences in countries of the Global North. Data analysis shows that subordination is materialized through the view of Brazilian women as being associated with prostitution; the female figure as a sexual object; and the perception that Brazil is a country full of delays, bringing to the interviewees negative feelings about their identity before Eurocentric peoples.

Keywords

Tourism; woman; brazilian; post-colonial; subordination.

Sumário

1. Introdução	10
1.1. Objetivo do estudo	15
1.2. Relevância do estudo	16
1.3. Delimitação do estudo	17
1.4. Estrutura do trabalho	17
2. Referencial teórico	19
2.1. Subalternidade segundo Gayatri Spivak	19
2.1.1. O sujeito feminino subalterno segundo Spivak	22
2.2. A perspectiva interseccional no silenciamento das mulheres	26
3. Metodologia de pesquisa	31
4. Apresentação e análise dos dados	34
4.1. Apresentação dos dados	34
4.2. Análise dos dados	39
4.2.1. Prostituição e sexualização	42
4.2.2. A mulata e a sensualidade	44
4.2.3. A visão tropical e exótica	44
4.2.4. Mecanismos de subalternização	45
5. Considerações finais	47
5.1. Implicações práticas do estudo	48
5.2. Sugestões de estudos futuros	49
6. Referencial Bibliográfico	50
Apêndice A	57

Lista de tabela

Tabela 1 - Perfil das entrevistadas

33

*"Obriga-se o oprimido a fazer uma memória fabricada pelo opressor:
estranha, dissecada, estéril.
Assim, ele se resignará a viver uma vida que não é sua, como se fosse a única possível."*

Eduardo Galeano - As Veias Abertas da América Latina (Trechos do Posfácio)

1

Introdução

Durante os primeiros anos do século XXI, o Brasil adotou medidas socioeconômicas, a fim de construir uma maior coesão interna e um crescimento econômico (ZERBIELLI, 2016). Dentre essas medidas estavam um rígido controle da inflação, que já advinha do período anterior, estímulo à concessão de créditos, valorização real do salário mínimo e implementação de programas assistenciais destinados aos mais economicamente vulneráveis (ZERBIELLI, 2016). A partir de tais ações, além do aumento do emprego e da renda registrados naquela época, milhões de brasileiros conseguiram elevar seu poder de compra, o que, em consequência, os levou a adquirir casa própria e automóveis, bem como uma ampla diversidade de bens de consumo (SOUZA; LAMOUNIER, 2010).

A atividade turística que, desde a estabilização de preços com o advento do Plano Real, já vinha apresentando crescimento, é fortemente impactado pelas mudanças mencionadas. De acordo com Colantuono (2016), a Política Nacional de Turismo foi adotada em diversas gestões públicas, com o objetivo de gerar emprego, renda e divisas, além de incluir o lazer e o turismo na cesta de consumo da família brasileira e promover o Brasil no exterior. Esse movimento vai em consonância com o resto do mundo, com o turismo ganhando cada vez mais expressividade entre os setores socioeconômicos (NASCIMENTO, 2012).

Frente a esse fato, o governo brasileiro, na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cria, em janeiro de 2003, o Ministério do Turismo e lança o Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas a fim de conceber apoio e incentivos efetivos ao setor (NASCIMENTO, 2012). Somente entre 2003 e 2012, os investimentos realizados por instituições financeiras federais no turismo cresceram 927,5% a partir da articulação de linhas de crédito específicas para o setor (COLANTUONO, 2016).

Com um maior engajamento do governo no turismo, um crescimento de um mercado consumidor com maior poder de compra e um barateamento do preço a passagens aéreas, foi possível perceber um aumento do número de embarques nacionais e internacionais, indicando que os brasileiros estavam viajando cada vez mais. Mediante esse cenário, há um incremento também na divulgação dos atrativos turísticos nacionais no exterior pelo governo e as agências, o que acaba por contribuir no ganho de competitividade do turismo brasileiro no mercado mundial e na ampliação do número de desembarques internacionais e na chegada de estrangeiros (COLANTUONO, 2016). Diante dessa conjuntura, o governo, que buscava mudar a postura da política externa brasileira, estabelece junto à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), órgão oficial responsável pela promoção do turismo no Brasil, o Plano Aquarela, que visava desconstruir e reposicionar a imagem do país internacionalmente. (GOMES, 2011)

A imagem é observada como uma das variáveis que mais influenciam e orientam os fluxos turísticos em direção a um destino, além de ser considerado um aspecto que atua na construção de imaginários de um indivíduo (KAJIHARA, 2010). O Brasil, como destino turístico, é frequentemente relacionado às imagens de paraíso, carnaval, mulheres bonitas com corpos sensuais e sexo fácil (BIGNAMI, 2005). Esse apelo sexual construído em cima da figura da mulher brasileira foi utilizado de forma constante no discurso dos materiais publicitários elaborado pela EMBRATUR, nas décadas de 1970 e 1980 especialmente, de forma a anunciar os principais atrativos turísticos do país. (KAJIHARA, 2010)

Com uma maior preocupação governamental, nos anos 1990, diversas ações foram propostas em busca da reversão desse quadro, entre elas, campanhas para banir a exploração sexual (LOPES; MALERBA; 2015). O próprio Plano Aquarela, citado anteriormente, foi implementado em 2003 e procurou também aproximar o Brasil a uma visão de turismo cultural, ecoturismo e de gastronomia e afastar a percepção de país com mulheres sensuais (GOMES, 2009). Em apoio a esse objetivo, em 2005, o governo do Estado do Rio de Janeiro cria a Lei 4.642-05, que proibia a exploração da imagem da mulher em cartões postais, antes um souvenir comumente encontrado em diversos pontos de venda do estado.

Apesar dos esforços, diversas agências de turismo estrangeiras continuaram a utilizar a imagem da brasileira como fonte de atração (LOPES; MALERBA; 2015). Alguns autores (GOMES, 2009; CAVALCANTE, 2011; BIGNAMI, 2001; GABRIELLI, 2006, 2011; LOPES; MALERBA; 2015) abordam que a origem dessa visão do país como paraíso natural e da mulher remonta ao passado colonial. Cavalcante (2011) e Lopes e Malerba (2015), por exemplo, discutem essa questão apresentando a própria carta de Pero Vaz de Caminha (1500), na qual este descreve o Brasil como terra de mulheres com corpos avantajados e sem pudor. O paraíso de corpos nus, com fantasias em uma terra quente, onde nunca há inverno, imprimiu sua marca desde o primeiro instante (RIBEIRO, 2001).

Os autores mencionados ainda discutem que esses imaginários, construídos desde a “chegada” dos portugueses no país, foram, ao longo dos anos, reforçados pelas artes, na divulgação do Carnaval e pela publicidade turística de agências, do próprio governo brasileiro durante o período da ditadura, e da EMBRATUR. Portanto, essas representações de beleza e sexualidade da mulher ainda se fazem presentes e, diversos segmentos, inclusive o de turismo, investem nele com a finalidade de vender o Brasil como produto. Utilizam do elo entre gênero e nacionalidade para construir discursos sobre a identidade nacional brasileira, utilizando das mulheres e de seus corpos como atrativos turísticos.

As implicações dessa imagem comercializada foram percebidas à medida que cada vez mais brasileiros se destinavam a países do Norte Global. Como exemplo, é possível analisar uma reportagem do site O Globo de 2015 em que brasileiras relatam momentos de constrangimento e discriminação ao desembarcarem desacompanhadas nos aeroportos portugueses. Também, verifica-se na reportagem realizada pelo site UOL a exposição de homens e mulheres brasileiros de diversos casos de preconceito sofridos por eles em Portugal. Segundo o artigo, a figura do homem brasileiro é associada à do malandro e, a brasileira, à da prostituta. Em diferentes representações midiáticas nacionais e internacionais, as mulheres brasileiras têm sido alvo fácil de critérios de noticiabilidade que privilegiam as temáticas relacionadas à prostituição (FILHO, 2006). Além disso, durante o período do carnaval, a exposição excessiva das mulheres brasileiras é utilizada como estratégia pela mídia, não são mostradas outras facetas da festividade, o que acaba

por reforçar a manutenção dessa visão da brasileira sensual e desejável. (BADET, 2015)

Em 2009, a revista espanhola *El País Semanal* explorou essa temática estigmatizada ao publicar uma matéria com o título “Cuerpos a la brasileña”, com o objetivo de demonstrar a sensualidade da gente brasileira retratada no trabalho de um fotógrafo e também, a revista *VICE* que publicou, em 2007, uma matéria intitulada “Pisos, pericos y prostitutas brasileñas”, discursando sobre como deveríamos esquecer do futebol e da agricultura, que o Brasil, na verdade, mais exporta são as mulheres bonitas.

Outros episódios que corroboram tal visão acerca da sociedade brasileira, e podem ser aqui citados, ocorreram na Copa do Mundo de 2014 realizada no país e nas Olimpíadas de 2012, realizadas na Inglaterra. No primeiro, a marca Adidas lançou uma linha de camisetas com conotação sexual do corpo feminino brasileiro, estampando em uma delas a mulher de biquíni com a frase “buscando gols” ou no sentido “querendo faturar” e, em outra, a frase “I love Brazil” em formato de nádega feminina. Para a promoção das Olimpíadas de 2012, foi elaborado pela Agência Nacional de Turismo da Grã Bretanha, um guia de dicas sobre cultura e comportamento de povos de diferentes países. Em referência aos brasileiros, o guia relatava que, além de não estarem acostumados a respeitar horários, os mesmos recorrem facilmente à beijos e abraços e que as mulheres brasileiras se vestem quase sempre de maneira sensual (BISPO & LOVISOLO, 2011).

Ao examinar esses exemplos, é possível perceber que a brasileira ocupa uma posição central nas representações sociais produzidas e divulgadas pelo Norte Global. Essa visão hegemônica ocidental acaba por não considerar a voz dessas mulheres, as oprimindo e subalternizando duplamente: pela dominação imperial da divisão internacional do trabalho e pela dominação masculina na construção ideológica de gênero (SPIVAK, 2010). Segundo Gomes (2010, p.14), “a condição de subalternidade é a condição de silenciamento, portanto, da invisibilidade.”

A questão da subalternidade é bastante debatida no meio acadêmico pelos teóricos pós-colonialistas. O pós-colonialismo, de acordo com Santos (2010), é um agrupamento de estudos que procura analisar o mundo contemporâneo por meio das relações desiguais entre o Norte Global e o Sul Global, determinadas, ao longo do tempo, pelo colonialismo. O colonialismo, apesar de não permanecer atualmente

em termos políticos, ainda se faz presente socialmente nos discursos e na mentalidade (SANTOS, 2010). Tal condição promove a despersonalização do ser colonizado, e, ao fazer isso, também o silencia, não permitindo que se autorrepresente, sendo sempre sua representação realizada pelo Outro colonizador (NEVES; ALMEIDA, 2015). Repensar a história das sociedades que foram colonizadas significa a possibilidade de construir uma nova história em que esse colonizado tenha direito à fala e especialmente faz com que sua voz seja ouvida e, desta forma, permitir que sua história seja produzida a partir de sua própria visão (NEVES; ALMEIDA, 2015).

Entre os principais autores pós-colonialistas está a indiana Gayatri Chacravorty Spivak, que, em sua obra “Pode o subalterno falar?” (1985), buscou apresentar o sujeito subalterno, chamando a atenção especialmente para o sujeito feminino e, também, criticando o modo como o sujeito periférico é representado nos discursos ocidentais, tidos como universais. Spivak propõe que o subalterno é aquele que não tem voz ou que tem, mas não é ouvido, fazendo-se necessário abrir um espaço de fala a ele. A mulher, para Spivak, é, então, silenciada duplamente: pela dominação masculina, em que o gênero feminino é dominado pelo gênero masculino, e pela violência colonial/imperial. Para demonstrar o problema da mudez enfrentado pelo gênero feminino, a autora utiliza como exemplo o caso das viúvas indianas, que sofrem uma intervenção colonizadora sobre os colonizados (SPIVAK, 2010). Discorreremos mais profundamente do caso apresentado pela teórica nas seções posteriores deste estudo.

Spivak (2010) constrói também, ao longo de seu trabalho, críticas aos autores intelectuais ocidentais, como Foucault e Deleuze, por suas tentativas de darem voz ao sujeito subalterno. Mas, ao fazerem isso sem considerarem a divisão internacional do trabalho, salientam as estruturas de poder existentes. Isso ocorre porque os ocidentais discursam a partir do local em que se encontram, enquanto os teóricos pós-colonialistas investigam a partir da margem ou periferia, onde as desigualdades se fazem mais presentes (SPIVAK, 2010).

O Brasil, ao possuir um passado colonial, acaba por se encaixar na categoria que Spivak nomeia de “países do Terceiro Mundo”, os não desenvolvidos, sendo subalternizado e silenciado dentro dessas estruturas de poder pelos considerados “países do Primeiro Mundo” (SILVA; OLIVEIRA 2018). No caso da mulher brasileira, o processo de subalternização alcança uma condição extrema quando se considera, além da questão geopolítica, aspectos como gênero, raça e pobreza. Isso ocorre, segundo Fernandes (2016, p. 487), porque: *“Em meio às transformações e rupturas que decorreram da descolonização, algumas características próprias do período colonial (como a opressão das mulheres pela dominação patriarcal) aparecem reconfiguradas numa nova ordem global, dando continuidade à mesma chave de relações que perpassava naquele período.”*

As brasileiras, então, acabam encontrando-se submetidas a uma violência epistêmica imperialista que é estimulada pelos imaginários que permeiam as construções discursivas presentes no turismo, nas propagandas e nas artes. Esses imaginários correspondem à criação da imagem do “Outro” inferiorizado, com o objetivo de preservar tais relações de desigualdade e dominação.

O processo de construção do “Outro” feminino perfaz o cotidiano da mulher brasileira na sociedade vigente de diferentes formas e em diferentes contextos, que destituindo-a de fala e de ser escutada, gerando discriminações e outras consequências, como violência e abuso, à ela. Estas diferentes formas mencionadas de subalternização são os objetos de estudo deste trabalho, de forma a descobrir de que forma elas se materializam dado um contexto específico a partir de uma visão pós-colonial. Ao expor isso, observamos que apresentar a situação do sujeito subalterno feminino ainda não é suficiente para conseguirmos afastá-lo da subalternidade, mas buscamos abrir espaço que novas análises sejam realizadas sobre a dominação hegemônica ocidental e masculina.

1.1. Objetivo do estudo

Este estudo possui como objetivo geral compreender como a subalternização de agentes do Norte Global às mulheres brasileiras, em um contexto de turismo, é materializada. É preciso entender e analisar de que formas o local obscuro que a mulher periférica se encontra é estruturado a partir de sua própria realidade e experiência. Desta forma, foram realizadas 11 entrevistas com mulheres brasileiras,

de diferentes idades, que tiveram experiências de turismo, sozinhas ou acompanhadas, em países do hemisfério Norte durante um tempo específico. Com foco nas narrativas destas mulheres, a teoria pós colonial de Spivak sobre o sujeito feminino subalterno e seu exercício de análise de desconstrução, servem diretamente para o exercício de entender quais são os mecanismos de subalternização utilizados com elas.

1.2.

Relevância do estudo

A compreensão de quais são os mecanismos utilizados no processo de subalternização de agentes do Norte Global às mulheres brasileiras é relevante por buscar criar espaço e condições de fala para àquelas cuja voz é silenciada e por promover uma discussão que visa descortinar esse silenciamento que atinge o sujeito subalterno do gênero feminino.

Do ponto de vista empresarial, o estudo é relevante por buscar demonstrar que a discriminação, do ponto de vista pós-colonial, especificamente de gênero, não é considerada por departamentos de marketing, especialmente quando seu foco é em turismo. Veículos de mídia de países do Norte Global, bem como suas agências de turismo, produzem materiais que consideram a visão estereotipada da mulher brasileira, de modo que, ao visitar esses lugares, as mulheres turistas brasileiras são recebidas com um imaginário pré-concebido, o que gera, diversas vezes, implicações negativas a elas. Esses materiais do Norte Global acabam sendo reforçados pelos conteúdos elaborados pelas próprias agências de turismo brasileiras, além da Embratur e a mídia, que colocam a mulher e seu corpo como centro de suas comunicações com o propósito de atrair turistas ao país. É necessário buscar desconstruir esses discursos e transformar a mentalidade e o comportamento procurando um maior conhecimento sobre as outras nacionalidade e culturas de modo a potencializar o deslocamento dessas visões reducionistas e estigmatizadas e dar lugar a visões mais plurais e igualitárias.

Essa produção nacional e internacional com conteúdos estereotipados e distorcidos geram consequências para as mulheres brasileiras dentro e fora das fronteiras nacionais, como violência física e moral, preconceitos e assédios, além de estimular o turismo sexual ao país, a exploração sexual adulta e infantil e criar uma imagem pejorativa da identidade nacional brasileira.

Academicamente, existe na literatura de marketing pouca pesquisa científica acerca da subalternidade da mulher brasileira nos países do Norte Global em situações de turismo. Os estudos mais próximos a esse tema que foram encontrados abordam e analisam os materiais produzidos pela mídia nacional e internacional sobre o Brasil (CUNHA, 2005; BADET & LUZÓN, 2012; BADET, 2015; 2016; LOPES & MALERBA, 2015; CASTILLOS, 2015), as situações dos imigrantes brasileiros em países do Norte (PISCITELLI, 2007; 1996; MESSEDER, 2008), a subalternidade feminina revisando a bibliografia existente (SILVA & OLIVEIRA, 2018; ALMEIDA, 2013; GODINHO, 2018; ROSA *et al*, 2012; PELÚCIO, 2012) e a questão pós- e decolonial (JARDIM & CANVAS, 2017; SARTORE *et al*, 2015). Deste modo, esta dissertação buscou analisar a subalternidade da mulher brasileira em um contexto de turismo em países do Norte a partir de uma ótica pós-colonial e do próprio relato dessas mulheres, englobando a questão da interseccionalidade que é intrínseca à esta subalternidade.

1.3.

Delimitação do estudo

A exposição e análise dos mecanismos de subalternização no contexto de turismo foram desempenhadas a partir de uma ótica pós-colonial, revisando as principais ideias e conceitos abordados pela teórica indiana Gayatri Spivak em seus trabalhos. Diferentemente de outros estudos que são estruturados com base no sujeito subalterno como um todo (AGUIAR, 2016; NEVES, 2010; BROCARD & TECCHIO, 2017; LINO, 2015) não considerando especificidades como gênero e etnia, o presente estudo tem como foco a subalternidade da mulher brasileira, orientando-se pela experiência e realidade desse sujeito através de suas narrativas compartilhadas nas entrevistas realizadas.

1.4.

Estrutura do trabalho

Para a consecução dos objetivos propostos o presente estudo foi estruturado em 5 capítulos. O Capítulo 1, introduz o tema, contextualizando a pesquisa e apresenta o problema de pesquisa, os objetivos do estudo, a delimitação do mesmo e este tópico referente à estrutura da dissertação.

Em seguida, no Capítulo 2, o referencial teórico é desenvolvido. Nele são discutidas a questão da subalternidade, mais especificamente da subalternidade da mulher do Sul Global a partir dos trabalhos desenvolvidos pela indiana Gayatri Spivak, e a questão da interseccionalidade que é essencial para compreender as diversas camadas da subalternidade presente nas sociedades pós-coloniais.

O Capítulo 3 detalha a metodologia do estudo, as entrevistas selecionadas e o procedimento adotado para a análise das informações, dentre outros aspectos importantes para a consecução deste estudo.

O Capítulo 4, são explicitados os dados obtidos nas entrevistas realizadas e posteriormente sua análise com base nos aportes teóricos elegidos.

Por fim, no Capítulo 5 são apresentadas as conclusões finais, abrangendo as limitações e as oportunidades de trabalhos futuros sobre a temática apresentada no estudo.

2

Referencial teórico

Neste capítulo são discutidos aspectos teóricos e estudos relacionados ao tema pesquisado neste trabalho. Esta seção está dividida em duas seções que abordam, respectivamente: a subalternidade feminina segundo os estudos da autora indiana pós colonial Gayatri Spivak e a interseccionalidade aderente a esta questão.

2.1.

Subalternidade segundo Gayatri Spivak

A partir dos anos 1950, o papel do ser periférico terceiro mundista na História começa a ganhar maior relevância com o surgimento dos Estudos Culturais. Diversos autores buscaram trazer à tona as diferentes alteridades outrora silenciadas (BHABHA, 1998; SAID, 1978; SPIVAK, 1985). Esse sujeitos silenciados não limitam-se a somente àqueles advindos de colônias ou ex-colônias, mas, sim, a populações marginalizadas, imigrantes em países desenvolvidos, colonizados, indígenas, grupos oprimidos, como as mulheres, que encontram-se em uma situação de insuficiência representativa, sem conseguir se expor (PRASAD, 2003; ROSA et al, 2012). De acordo com Prysthon (2003), a discussão sobre a periferia na História ou a desconstrução do Ocidente abordada pelos Estudos Culturais e pelos Estudos Pós-Coloniais pressupõe constantes ataques à hegemonia ocidental e um descentramento apresentado pelas teorias pós-modernas (ETTO; CARLOS, 2017). O pós-colonialismo buscou reafirmar o papel do periférico na História e mesmo a própria História periférica, reinserindo nessa abordagem o debate sobre os conceitos de identidade nacional, representação, etnicidade, diferença e subalternidade (PRYSTHON, 2004).

Com a libertação das últimas colônias africanas, nos anos 1970, essas discussões foram estimuladas e buscou-se também compreender quais eram as consequências da colonização nas sociedades e em suas culturas a partir de uma perspectiva não mais do colonizador, e sim do próprio colonizado, construindo discursos descentrados e alternativos a partir das margens (ETTO; CARLOS,

2017). No seio desses Estudos Pós-Coloniais, encontram-se os chamados de *Subaltern Studies*, cuja produção intelectual volta-se ao olhar do marginalizado, do subalterno (NEVES;ALMEIDA, 2015). O grupo de estudos subalternos compreende estudiosos que, seguindo a compreensão do teórico italiano Antonio Gramsci sobre as classes subalternas como uma categoria desprovida de poder, sistematizam uma profunda discussão sobre os sujeitos subalternos no contexto do sul asiático (ALMEIDA, 2010).

Uma das autoras dos Estudos Subalternos que buscou repensar a história e desafiar os discursos hegemônicos de modo a influenciar e modificar a maneira como é lido e apreendido o mundo contemporâneo foi Gayatri Chakravorty Spivak. Spivak nasceu em Calcutá, Índia, em 1942, onde começou sua jornada acadêmica com seus estudos de graduação em inglês, na Universidade de Calcutá. A teórica transita por diferentes áreas de conhecimento, apesar de ter se tornado conhecida especialmente por sua tradução de Derrida e por seus trabalhos de desconstrução. Um dos seus artigos que mais ganhou notoriedade foi o “*Pode o subalterno falar?*”, publicado em 1985, no periódico *Wedge*, em que construiu a questão do subalterno por meio de uma crítica de base marxista, pós-estruturalista e fortemente desconstrucionista, partindo de uma crítica aos intelectuais ocidentais para refletir sobre a prática discursiva do intelectual pós-colonial (ALMEIDA, 2010).

No artigo mencionado, Spivak (2010) desenvolveu um dos pontos mais incisivos dos estudos pós-coloniais contemporâneos, ao discorrer sobre a necessidade de se refletir se o subalterno como tal pode, de fato, falar. Para a autora, o subalterno refere-se:

às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante (2010, p. 14) .

Diversas vezes, a teórica lança o questionamento que nomeia o seu trabalho, ao refletir sobre o movimento de críticos ocidentais que vão falar pelo subalterno e com o subalterno, sem constituir de fato um espaço de fala para eles. A produção intelectual ocidental apoia, segundo a autora (2010), de diferentes formas, os interesses econômicos internacionais do Ocidente, representando discursivamente o sujeito subalternizado do Terceiro Mundo, a partir de uma visão geopolítica específica do Primeiro Mundo. Ao discursar sobre, Spivak (2010) coloca que alguma das críticas mais radicais concebidas pelo Ocidente atualmente são o

resultado de um desejo de manutenção do sujeito do Ocidente, ou do Ocidente como Sujeito. Ao inserir o Terceiro Mundo em categorias determinadas pela lógica ocidental e explicá-lo desta forma, acaba-se por reafirmar sua difícil condição de subalterno no sistema internacional.

Ao lançar uma análise crítica no texto “*Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze*”, Spivak (2010) aponta como os autores citados no título, ao abordarem assuntos do Terceiro Mundo, ignoram a violência epistêmica do imperialismo e da divisão internacional do trabalho, utilizando de uma visão benevolente do Primeiro Mundo e de uma reinscrição do Terceiro Mundo como um Outro. Entre essa divisão internacional do trabalho e a sociedade capitalista regida pela concepção imperialista, há uma impossibilidade daqueles que estão à margem ou em centros silenciados, de representação (SPIVAK, 2010).

Spivak confronta os autores pela falta de um posicionamento e de uma análise que os levassem a perceber a própria cumplicidade dos mesmos com essas divisões de poder e pela postura de negar a representação que fazem do subalterno ao analisarem poder e desejo e ao desenvolverem declarações sobre este sujeito. Esta visão é agravada quando é apresentada a ideia de transparência do intelectual, em que Foucault propõe que o intelectual, devido a sua opção teórica e política, pela analítica de poder e desejo, não se enquadraria nem na posição de opressor nem de oprimido. Para o mesmo autor, o intelectual seria apenas um sujeito analista que desvela a verdade e as estruturas de poder enquanto deixa os subalternos falarem por si mesmo, considerando que estes possuem espaço de voz e de escuta.

Para Spivak (2010), a condição da subalternidade é a condição do silêncio, em que o subalterno necessita impreterivelmente de um representante devido à sua própria condição de silenciado. Essa representação é construída pela teórica a partir da dualidade entre o “falar por”, como ocorre na política e “re-representação”, como aparece na arte ou na filosofia, sendo atos de fala que pressupõem um falante e um ouvinte, um diálogo em que o sujeito subalterno nunca encontra uma posição discursiva própria (SPIVAK, 2010). Essa impossibilidade de autorrepresentação está inserida nas relações de força e poder da lógica colonial e em seus mecanismos binários e dicotômicos de dominação: o Ocidente e o Oriente, Norte e Sul. Nesse binarismo, o Oriente, o Sul é apresentado como atrasado, dependente e racializado, em contraste com o Ocidente avançado. Said, em sua obra *Orientalismo* (1978),

examina, com uma abordagem crítica, como o Ocidente re-criou o Oriente, em outras palavras, examina como o Oriente converteu-se em uma invenção com base na experiência ocidental (europeia) das distorções sobre a cultura do Outro colonizado (JARDIM & CANVAS, 2017). Nas palavras desses Jardim e Canvas (2017, p.77):

o poder de representar é um importante instrumento ideológico que possibilita descrever e controlar o modo como os Outros são percebidos, seja no colonialismo, nas relações assimétricas entre colonizador-colonizado, ou no patriarcalismo, nas relações de gênero.

A hierarquia ocidental dominante, ao utilizar desse poder de representação sob o sujeito subalterno do Terceiro Mundo, segue uma lógica essencializante e totalizante, constituindo esse sujeito como homogêneo e monolítico. A crítica a esse essencialismo presente nos discursos acerca dos grupos oprimidos percorre o trabalho de Spivak (2010) de modo próximo ao que é desenvolvido por Said (1978), tendo em vista que a manutenção dessa prática configura-se como uma violência epistêmica que se faz presente ao largo da história e que silencia o subalterno.

2.1.1.

O sujeito feminino subalterno segundo Spivak

Ao construir seu projeto teórico-político, Spivak busca relacioná-lo de certa forma à sua necessidade biográfica de desconstruir o duplo lugar de fala subalterna que lhe foi imposto, como mulher numa nação colonizada desde criança (CARVALHO, 2001). Quando o aspecto de gênero é incluído na análise desse silenciamento, Spivak expõe como a obliteração do discurso do subalterno é ainda mais profunda quando se remete à mulher subalterna, que se encontra em uma posição duplamente periférica. Nas palavras da autora: “*se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade*” (2010, p. 85).

Esta obscuridade é explicada pela posição imposta às mulheres na divisão internacional do trabalho sob um regime imperialista e também na sociedade patriarcal. Dentro dessas estruturas, a mulher subalterna sofre, quando não física, uma intensa violência epistêmica pelos sujeitos hegemônicos masculinos e pertencentes ao Norte Global. A opressão colonial acontece de modo consideravelmente diferente para mulheres e homens (JARDIM & CANVAS,

2017). Nas colônias, os corpos femininos encontravam-se em um lugar de poder discursivo distinto: as mulheres eram percebidas como sujeitos não apenas sexuais, mas também como reprodutivos (WHITLOCK, 1992).

Com o interesse em demonstrar a opressão sob as mulheres, Spivak descreve no final de sua obra o ritual *Sati* de sacrifício das viúvas hindus, em que estas sobem à pira funerária do marido morto e imolam-se sobre ela, demonstrando o quão subordinadas as mulheres se encontravam dentro desta sociedade. Este ritual não era praticado de forma universal e não era destinado a uma casta ou classe específica, mas era uma prática comum no território indiano. Como um caso de “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”, os colonizadores britânicos aboliram esse ritual durante o século XIX, argumentando que tal proibição era em prol à vida das mulheres e que não dever-se-ia dispor da vida por uma tradição local. Desta forma, “*a voz-consciência das mulheres indianas foi emudecida*” (2010, p. 122). A imagem do imperialismo britânico como instituidor da boa sociedade é caracterizada pela adoção da mulher indiana como *objeto* de proteção de seu próprio povo (SPIVAK, 2010).

Em oposição à visão ocidental estaria o argumento indiano nativo de que “as mulheres realmente queriam morrer”, mas, mesmo desta forma, não é possível encontrar propriamente a voz das viúvas e suas perspectivas. Desta forma, percebe-se que, além de serem silenciadas pelo imperialismo europeu, as mulheres não possuem o direito de voz nem mesmo quando são confrontadas com suas tradições. A fala desse sujeito permanece constantemente intermediada pela voz de outrem, situada em posição de estabelecer algo em nome de um(a) outro(a) (SILVA; OLIVEIRA, 2018). Mesmo após o fim do período colonial, Spivak sustenta que a mulher indiana permaneceu em um lugar de silêncio em razão da força das representações de gênero pós-independência, que a mantinham dependente e, com relação ao sacrifício, a tomavam como tendo “vontade de se suicidar”.

Quando, no contexto de subalternidade, a mulher possui finalmente a possibilidade de autonomia, ela ocorre de maneira fatídica, como expõe Spivak, ao relatar a história da jovem indiana de 16 anos Bhuvaneswari Bhaduri. Esta jovem foi designada, por homens influentes, a assassinar um inimigo político, porém ao refletir que não seria capaz de realizar tal tarefa e, ao mesmo tempo, de que não poderia recusá-la, optou pelo suicídio. Neste momento, a vontade da mulher

prevaleceu por meio de um ato radical de autonomia. A autodeterminação de Bhuvaneswari pode ser interpretada como um paradoxo, pois foi ao escolher não matar e ao suicidar-se que sua voz teve lugar frente à sociedade colonial e patriarcal (NETO et al, 2014). Para além deste fato, Spivak propôs que a jovem reescreveu e subverteu os princípios indianos ao esperar o período de menstruação para suicidar-se, o que era proibido, mas que não permitiria que a sociedade, ao tentar justificar sua morte, determinasse como justificativa uma possível gravidez advinda de uma paixão ilícita. Ainda assim, Spivak (2010) coloca como a memória da jovem é apagada pela própria família, sendo ainda lido como um caso de amor frustrado sem uma busca pelas razões verdadeiras, que só foram atribuídas, uma década depois do ocorrido, à política, à incapacidade da jovem de realizar o ato de assinar, optando-se por se matar.

Ao apresentar o caso das viúvas do *Sati* e da jovem guerrilheira, Spivak buscou uma reflexão sobre a constituição e emudecimento do sujeito feminino, especialmente do sujeito feminino do Terceiro Mundo, que ocorre entre o espaço patriarcal e imperial. Apesar de promover dentro de suas obras essa problematização da questão de gênero, a própria autora, diversas vezes, questiona a si mesma do perigo que envolve os estudiosos que defendem os subalternizados, pois os mesmos, ao tentar dar voz ao sujeito feminino marginalizado, podem também caracterizá-los de forma equívoca, impedindo que elas falem por si mesmas (NEVES; ALMEIDA, 2015). Sua premissa é que se deve buscar abrir caminhos e criar espaços para que esses sujeitos tenham voz, possam se articular e sejam ouvidos, reconhecendo que ser subalterno não é uma identidade, mas sim uma posição que pode ser alterada. Visto isso, Spivak identifica o importante papel que tem a mulher que alça a posição de intelectual de possibilitar que os sujeitos subalternos falem por si mesmos e, além disso, que possam ter alguém que tenha desenvolvido a capacidade de escutá-los.

Ademais do silenciamento imposto às mulheres subalternas abordado por Spivak (2010), a representação destas perpassa por uma série de estigmas e estereótipos (AMORIM, 2015). Para a autora indiana, essa representação desaparece em um arremesso abrupto que é a figuração deslocada da “mulher do terceiro mundo” presa entre a tradição e a modernização. A “mulher do terceiro mundo”, bem como o sujeito colonial em sua totalidade, foi construída, pelo

conhecimento hegemônico, como o “Outro” inferiorizado, diferente do “Eu” ocidental superior. A criação de estereótipos acaba por ser um mecanismo eficiente para a manutenção da dominação, uma vez que o colonizador compõe o “Outro” a partir da ideia das diferenças de raça ou classe de indivíduos melhores que outros (ROSA et al., 2012). A produção dessas diferenças, nas intersecções de gênero e raça, constituída entre homens e mulheres, brancos e negros e indígenas, legitimava a opressão, a escravidão e a inferioridade conferida aos Outros, reforçando a misoginia e o racismo (JARDIM & CANVAS, 2017).

A estereotipação acaba por reduzir a realidade desses sujeitos e, ao representá-lo de forma equívoca ou incompleta, o desumaniza. O discurso ocidental dominante mantém práticas essencialistas em relação às mulheres, principalmente as negras, indígenas e pobres, conferindo-as uma visão redutora, negando a subjetividade e a pluralidade desses sujeitos. (GODINHO, 2017). Os críticos pós-coloniais e decoloniais propõem como a própria ciência contribui nesse projeto de dominação, isto é, como os discursos criam e recriam realidades desse Outro e, na mesma proporção em que os enunciam de forma deturpada, os silenciam (RIBEIRO, PRAZERES; 2015). Essa ciência acaba por não reconhecer a diversidade das vivências das mulheres do Terceiro Mundo ou, ao fazê-lo, a distorce, pois ela foi estabelecida em uma geopolítica de conhecimento, em que o conhecimento europeu se propôs e se percebeu como universal, objetivo e cientificamente verdadeiro. Mesmo quando é produzida no mundo colonizado, o comportamento se mantém, pois o conhecimento europeu é reproduzido nesses espaços através do que é possível falar de uma colonialidade do saber, fundamentando-se em pressupostos que envolvem processos sistemáticos de exclusão e subordinação (LERMA, 2010). Portanto, falar dos saberes subalternos não se limita apenas a buscar dar voz àquelas e àqueles que foram privados de falar e de serem ouvidos, é participar também do empenho de promover outra gramática, outra epistemologia e outras noções que não aquelas tidas como as “verdadeiras” e colocadas como únicas e dignas de serem respeitadas e compreendidas (PELÚCIO, 2012). Reforçando essa ideia, Spivak (2010) apresenta, como resposta ao silenciamento dos sujeitos subalternos, a produção de uma história que represente a narrativa da verdade destes, uma releitura do que é tido como verdade e um debate

sobre quais são as formas que o subalterno possui de se subjetivar e de se representar autonomamente.

Ao inserir-se na problematização da situação de emudecimento e representação do sujeito feminino, Spivak (2010) nos apresenta um debate ainda mais profundo e crítico ao descrever a mulher do Terceiro Mundo negra e pobre, que é subalternizada de quatro formas: por ser mulher, por ser do Terceiro Mundo, pelo fator econômico-social e pelo fato de ser negra. A autora evidencia em suas reflexões que esse sujeito feminino é heterogêneo e não deve ser universalizado como uma figura única, pois a distinção do indivíduo apenas como mulher não abrange as múltiplas opressões que podem existir se considerarmos dimensões como etnia, raça, classe e gênero que perpassam os processos sociais, culturais e políticos. A ideia de opressão não é igual em todos os lugares e nem para todas as mulheres. Quando Spivak (2010) descreve a sociedade patriarcal em seu trabalho, ela não está considerando a realidade ocidental e, sim, a realidade específica indiana, que é permeada por especificidades socioculturais. Ao refletir sobre a consciência da mulher subalterna, deve-se considerar a interseccionalidade das diferentes categorias que a oprime e a silencia, contemplando a heterogeneidade desse sujeito e de seu *locus* de enunciação.

2.2.

A perspectiva interseccional no silenciamento das mulheres

Ao abordar a subalternidade que enfrenta a mulher do Terceiro Mundo e, ainda mais profundamente, a mulher negra e pobre, como mencionado anteriormente, Spivak vai contra os essencialismos criados pelo Norte Global e contra a figura ocidental universalizada e unidimensional da mulher: branca, heterossexual e de classe média e média-alta (PATERNIANI, 2015). Em suas palavras: “*relatar, ou, melhor ainda, participar do trabalho antissexista entre as mulheres de cor as mulheres sob opressão de classe no Primeiro ou no Terceiro Mundo está negavelmente na ordem do dia*” (SPIVAK, 2010, p. 86).

A lógica capitalista caracteriza os sujeitos como do Primeiro e do Terceiro Mundos e situa essas mulheres na camada mais vulnerável em aspectos sociais, políticos e culturais (SILVA, OLIVEIRA, 2018). Spivak desmascara, então, as diferenças entre as mulheres que são ocultadas pelo discurso hegemônico, humanizando esse sujeito feminino, além de expor o entrelaçamento entre as

diferentes formas de opressões. Para a autora, a subalternização se faz ainda mais obscura se for levada em conta a pobreza, a raça e o gênero, pois distinguir o indivíduo apenas como mulher não compreende a multiplicidade de opressões que podem existir se for considerada a interseccionalidade desses três aspectos. A interseccionalidade, como perspectiva de sensibilidade analítica, coloca de forma clara a dinâmica perversa entre diversas formas de produção das desigualdades (SANTOS, 2017). Assim como Spivak, os estudos pós-coloniais têm buscado problematizar o olhar ocidental em relação à universalização do conceito de “mulher” estabelecido pela perspectiva eurocêntrica (ROSA et al, 2012). Essa visão de mulher, que repousa na produção de diferentes autoras ocidentais, provém do entendimento de não serem elas categorizadas por dimensões de classe e raça tanto quanto as mulheres negras, indígenas e do Terceiro Mundo (PADOVANI, 2017).

Além das formas citadas pela autora indiana, outros determinantes, como geração, sexualidade, etnia ou algum tipo de deficiência física, são igualmente importantes e devem ser reconhecidos ao se discutir as relações de dominação e subalternização (BIROLI; MIGUEL, 2015). Compreender que esses determinantes devem ser estudados sob uma ótica de sobreposição ou intersecção de padrões de dominação, como foi exposto por Spivak a falar da mulher negra e pobre, permite uma interpretação mais aprofundada sobre as desigualdades existentes nas sociedades. A interseccionalidade possibilita às mulheres criticidade política, de modo que assimilem a *“fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem.”* (AKOTIRENE, 2019, p. 37).

Para Biroli e Miguel (2015, p.29), a dissociação dessas variáveis pode levar à realização de análises parciais e, principalmente, de distorções no entendimento da dinâmica de dominação. Estes autores exemplificam que:

Uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, e que nem existem de forma independente e paralela a elas.

O mesmo pode ocorrer ao se estudar sob uma ótica de gênero, mas sem levar em consideração a maneira que as desigualdades de classe e raça conformam o gênero, o que acaba por silenciar experiências e interesses de outras mulheres. Em seus estudos, Werneck (2010, p. 4) disserta que:

“Na compreensão do gênero como construção que não se produz isoladamente, mas em diferenciações que se definem racialmente, as mulheres brancas são situadas em um polo de poder e de violência.”

O conceito de interseccionalidade foi utilizado pela primeira vez pela teórica feminista americana Kimberlé Crenshaw em 1989, de forma a buscar e apresentar a experiência simultânea de racismo e machismo que as mulheres negras viviam. O conceito emergiu das lutas da segunda onda feminista a partir de uma intervenção feminista negra fundamental, que buscava desafiar as ideias hegemônicas de raça, classe e gênero que predominavam nas correntes feministas cujo público era a mulher branca (PUAR, 2012). Mas, a preocupação por promover uma luta articulada contra as diferentes formas de opressão e desigualdade que se entrelaçam já se fazia presente anteriormente (HENNING, 2015). Essa noção de interseccionalidade foi cunhada nas margens da literatura feminista, fundamentando saberes e embates das diásporas coloniais. Ou seja, em sua base estão os processos coloniais e imperiais que escravizaram e desumanizaram política e discursivamente mulheres negras, indígenas, latinas e asiáticas (PADOVANI, 2017).

Crenshaw (1991) descreve em seu trabalho como as categorias de raça, gênero, sexualidade, classe, entre outras, são consideradas eixos de poder, discriminação e opressão estrutural, que irão atuar de maneira sobreposta e relacionada, formando uma teia de complexas dimensões na vida das pessoas. A autora buscou sistematizar essas categorias a partir da metáfora da avenida, argumentando que análises baseadas em eixos operacionais únicos e isolados, ao serem aplicados em grupos que são vítimas apenas de uma forma de opressão, ocasionam efeitos distorcidos e insuficientes para a compreensão da difícil interação entre essas dimensões (CRENSHAW, 2002). Nessa metáfora, o indivíduo sujeito à interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) é comparado à figura de um pedestre, situado no encontro de avenidas, que é atingido por impactos advindos de diferentes direções. Nas palavras da autora: “As mulheres racializadas

frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas estas vias” (CRENSHAW, 2002; p. 177).

Ao propor a visão dessas categorias como eixos que se reforçam mutuamente, Crenshaw (1991) sustenta que é necessária uma reação política a todos eles, inclusive dentro das políticas de representação e construção de sentidos através de imagens, discursos midiáticos e produções culturais, pois nestes são reproduzidas as narrativas dominantes de raça e gênero especialmente. Desta forma, Crenshaw (2002) problematiza a construção social das identidades como categorias estruturais de poder, privilégio e subalternidade e como as mesmas perpetuam desigualdades, hierarquias e relações de exclusão. Mas, especialmente, a autora problematiza a questão da mulher que se encontra em dois ou mais pontos de encontros de eixos de poder, desvelando e destacando as vulnerabilidades e opressões vividas por elas. Para exemplificar, a Crenshaw (2004) utiliza das situações extremas que viviam as mulheres em Ruanda e na Bósnia, onde o sujeito feminino, que se identificava em um determinado grupo étnico, era alvo de ataques de violência racial e étnica. Essa violência ocorreu de forma discursiva, ao serem disseminadas propagandas que transmitiam a mensagem de que essas mulheres eram sexualmente promíscuas, abertas e fáceis e, posteriormente verificou-se de forma física, com os seus corpos sendo violados e estuprados.

Essa análise interseccional se faz necessária dentro das sociedades, pois acaba por revelar o poder unilateral das representações sociais e os efeitos materiais e simbólicos para os grupos atingidos por esses sistemas de subordinação e marginalização, como as mulheres negras, terceiro-mundistas, homossexuais, de modo a contribuir para o empoderamento destes. (PISCITELLI, 2008)

De modo a esquematizar esse campo de estudo, é possível sintetizar as contribuições da proposta teórica-metodológica da interseccionalidade em três concepções fundamentais (MAGLIANO, 2015; MACHADO *et al*, 2018). A primeira descreve que a interseccionalidade busca desafiar o paradigma hegemônico da figura da mulher universal. Autoras como Angela Davis (1981), Bell Hooks (1981), Patricia Hill Collins (1990), Hazel Carby (1982) construíram suas obras em torno dessa necessidade de não se homogeneizar a figura feminina e da importância de se compreender as formas combinadas de diferenciações sociais

que atingem a realidade das mulheres. Segunda, a interseccionalidade não discute somente identidades individuais, mas especialmente de relações materiais de desigualdades que consideram as categorizações de gênero, etnicidade, raça, classe e outras. Por último, é discutido que a produção do conhecimento deve levar em consideração as posições e classificações sociais de maneira relacional, construindo um empenho em não reduzir as experiências dos sujeitos de investigação em uma categoria somente (MACHADO *et al*, 2018).

Ao explorar o conceito de interseccionalidade e compreendê-lo como componente intrínseco da questão da subalternidade feminina, é possível perceber que os silenciamentos e as desigualdades são mais profundos quando analisamos não somente a figura da mulher como sujeito do Terceiro Mundo, mas quando consideramos que raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam como fenômenos que se constroem de forma recíproca e que não são entidades mutuamente excludentes. Esses mecanismos hierarquizantes atuam conjuntamente sobre as mulheres como formas veladas ou explícitas de violência e silenciamento.

Diante do exposto, entendemos que não é possível compreender as desigualdades e discriminações quando analisamos uma variável isoladamente. Portanto a análise interseccional se torna vital para a construção deste estudo visto que procuramos compreender os mecanismos de subalternização a partir da experiência e realidade da mulher brasileira, que sofre simultaneamente opressões por ser mulher e por ser do Brasil. Não suspendemos a importância de outras variáveis, mas entendemos que a constituição recíproca desses dois eixos são incontornáveis para uma análise pós-colonial com base nos estudos de Spivak sobre o sujeito subalterno feminino. Entendemos também que outras variáveis podem ser incorporadas na análise deste estudo mediante as narrativas apresentadas pelas entrevistadas.

3

Metodologia de pesquisa

O presente trabalho realizou uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de uma perspectiva pós-colonial, baseada na noção de subalternidade desenvolvida especialmente por Spivak (2010). Ao buscar compreender como a subalternização de agentes do Norte Global às mulheres brasileiras, em um contexto de turismo, se materializa, optou-se pela não utilização de metodologias positivistas, dado que sua adoção somente reforçaria o próprio problema de assimetria sofrido pelo Sul Global que a pesquisa busca ir contra.

Conforme Grosfoguel (2008, p. 115) coloca, a estruturação de uma perspectiva epistêmica advinda do lado subalterno “pode contribuir para a criação de uma perspectiva crítica capaz de transcender as dicotomias delineadas e para a redefinição do capitalismo enquanto sistema mundo.” É necessário desafiar os pressupostos inerentes e desestabilizar epistemicamente de forma crítica às ideologias dominantes do Ocidente, de modo a reinventar os modos de percepção culturais, ou seja, as maneiras que de se ver e de ser visto (DAMIÃO, 2015).

Há, no discurso acadêmico e científico, um poder de representação que possui valor simbólico e que pode promover ações e políticas concretas para as populações subalternas que não dispõem de espaço de fala para representarem a si próprias (ISQUIERDO, 2012). Portanto, pretendeu-se, ao não adotar metodologias positivistas, construir um espaço aberto de fala para as mulheres brasileiras, mantendo constantemente uma auto vigilância epistemológica para que essa construção não reproduzisse uma condição de subalternidade.

Essa busca por fugir a uma epistemologia mais tradicionalmente utilizada em pesquisas em marketing não é um passo fácil para uma pesquisadora educada em um mestrado profissional, dado que são justamente essas epistemologias positivistas as que predominam em minha educação. Portanto, é importante admitir que, antes de adotar essa virada epistemológica pós-colonial, foi necessário buscar entender que essa não era a minha condição inicial, e que se aproximar dela demandou grandes esforços de descolonização. Entendo que esse processo é

contínuo, e que ainda estou em seu início, mas acredito que, mesmo com tais limitações, tenho possibilidade de engajar com uma epistemologia da qual, em princípio, sou uma “estranha”.

A maneira como busquei engajar com a epistemologia pós-colonial passou por não tentar, enquanto investigadora, falar por minhas entrevistadas – um erro comum àqueles que se dizem representar os subalternizados, mas que não lhes dão voz (SPIVAK, 2010). Busquei com esse trabalho, portanto, criar um espaço para que as brasileiras participantes da pesquisa pudessem falar e ser ouvidas por si só, assim como Spivak e tantos outros autores pós-coloniais e interseccionais defendem.

Foram entrevistadas 11 mulheres brasileiras, de idades variadas, e que estiveram visitando países do Norte Global – ou seja, países europeus, os Estados Unidos e o Canadá. De forma a garantir que as entrevistadas tivessem histórias para contar que se alinhassem ao objetivo da pesquisa, buscou-se entrevistar mulheres que tivessem sofrido situações de subalternização enquanto em turismo nesses países. Tal escolha se deu porque, na condição de turistas, essas mulheres não teriam um vínculo maior com esses países - diferentemente de outras que lá residem e que, por isso, podem ter se aculturado, tornando-se mais próximas à cultura local e, portanto, menos à cultura brasileira (OLIVEIRA, 2016).

As entrevistadas foram mulheres que se dispuseram a participar após a autora deste estudo expor sua necessidade em grupos de redes sociais, *whatsapp* e emails, além de solicitar indicações por parte de pessoas conhecidas. Não se buscou um perfil específico para este estudo, sendo a única premissa que elas houvessem viajado ao menos uma vez para um país do Norte Global em razão de turismo, como mencionado anteriormente. Desta forma, as mulheres entrevistadas apresentam características variadas, são brasileiras com idade entre 20 e 50 anos, de classe média e com ensino superior concluído ou cursando. Além disso, em sua maioria, moram no Brasil. O perfil das entrevistadas encontra-se na tabela abaixo. Aquelas que atualmente estão vivendo em outros países compartilharam suas histórias via meios remotos.

Entrevistada	Faixa Etária	Grau de Escolaridade	Cor declarada
E1	20-30 anos	Ensino Superior Completo	Branca
E2	40-50 anos	Ensino Superior Completo	Parda
E3	20-30 anos	Pós-Graduação Cursando	Branca
E4	20-30 anos	Pós-Graduação Cursando	Branca
E5	20-30 anos	Ensino Superior Cursando	Branca
E6	20-30 anos	Pós-Graduação Cursando	Branca
E7	20-30 anos	Mestrado Cursando	Branca
E8	20-30 anos	Ensino Superior Cursando	Branca
E9	30-40 anos	Pós-Graduação Cursando	Branca
E10	20-30 anos	Pós-Graduação Completa	Branca
E11	20-30 anos	Ensino Superior Completo	Branca

Tabela 1 Perfil das entrevistadas
Fonte: Elaboração própria

As entrevistas foram realizadas em fevereiro de 2020 por meio de contato telefônico ou pessoalmente, em local apropriado para as entrevistas serem conduzidas. As mesmas foram gravadas em gravadores digitais de voz mediante autorização prévia das entrevistadas.

Para guiar essas entrevistas, foi elaborado um roteiro, com perguntas abertas, elaboradas a partir do referencial teórico do estudo, para a possibilidade de acessar informações além das pautadas, aprofundando a investigação e produzindo um lugar de fala para as entrevistadas. O roteiro utilizado pode ser encontrado no Apêndice A.

Os conteúdos obtidos por meio das entrevistas gravadas foram inicialmente documentadas para a realização de uma leitura detalhada de todo o material, destacando os conteúdos evocados que respondiam o objetivo proposto deste estudo. Embora nenhum conteúdo tenha sido desprezado, buscou-se destacar os conteúdos observados mais recorrentemente. Mediante leitura realizada, foram buscadas também relações entre os elementos apresentados nas entrevistas, analisando-as de forma descritiva e detalhada, de modo a confrontar com a literatura adotada para embasar este trabalho.

4

Apresentação e análise dos dados

O capítulo a seguir apresenta e analisa os dados coletados da pesquisa. Divide-se em dois itens, sendo o primeiro dedicado a apresentar os dados, enquanto que o segundo os analisa à luz das discussões apresentadas no referencial teórico do estudo.

4.1.

Apresentação dos dados

Neste item do presente capítulo, são apresentados os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com mulheres brasileiras que viajaram a turismo para países do Norte Global e lá sofreram situações que as remeteram à condição de subalternização.

As entrevistadas revelaram já ter visitado repetidas vezes os países do Norte Global, entre eles: Espanha, França, Estados Unidos, Portugal, Holanda, Itália, Canadá, Hungria, Grécia e Croácia. O que as levou a irem a tais países era a sua vontade de conhecer lugares e culturas diferentes, o custo-benefício das viagens e a influência de amigos, família e namorados, sendo que algumas entrevistadas salientaram que foram visitar alguma pessoa conhecida. Em suas viagens, ficaram em média duas semanas, havendo aquelas que realizavam “mochilões”, chegando a passar entre 4 e 5 dias em cada país. Ainda houve casos de entrevistadas que foram realizar cursos em um país (normalmente, na Europa), mas aproveitaram para fazer turismo em outros países, permanecendo, assim alguns meses em determinado país, mas poucos dias em outros. Em geral, quando viajavam, faziam-no junto de amigas, família ou parceiros.

Todas as entrevistadas, em algum momento de suas viagens, encontraram-se em situações na qual falaram a outras pessoas que eram brasileiras. Isso normalmente ocorria em situações casuais, em apresentações interpessoais, para puxar conversa ou por curiosidade da outra pessoa. Algumas entrevistadas mencionaram que, em hostels que ficavam, era recorrente a pergunta, por estarem

em um ambiente descontraído, com pessoas de diferentes cidades e países. Quando respondiam que eram do Brasil, houve diferentes formas de resposta à informação.

Por um lado, o fato de a entrevistada ser brasileira foi percebido de maneira positiva pelas pessoas, que as recebiam de forma receptiva, falando sobre como os brasileiros são alegres e simpáticos e fazendo alusões sobre o Carnaval, o futebol e, ainda, menos frequente, sobre danças e samba. Por outro lado, todavia, havia um grupo de pessoas que, diante da informação, modificou seu comportamento em relação às entrevistadas, especialmente quando o outro eram homens, que tendiam a adotar, a partir de então, um posicionamento mais invasivo na fala ou até mesmo na atitude. Ainda, aponta-se um terceiro tipo de resposta, que se caracteriza pela surpresa das pessoas ao conhecerem a nacionalidade da entrevistada, justificando suas reações a partir de um estranhamento causado porque: não estavam usando roupa curta; consideram-nas sérias e centradas, não parecendo brasileiras; e são brancas, mais parecendo europeias ou norte-americanas.

Ao questioná-las sobre se haviam passado por alguma discriminação por serem mulher brasileira em um país do Norte Global, todas as entrevistadas expuseram ter passado por algum tipo de situação como essa. A discriminação ocorreu por meio de violência verbal, com discursos carregados de estereótipos e visões distorcidas e violência física, onde o outro se sentia no direito de ultrapassar limites e respeitos, conforme os relatos a seguir ilustram:

“...Eu estava no Canadá em um cassino com meus pais em Montreal...no bar, um cara mais velho com idade do meu pai, super arrumado, parou do meu lado, perguntou meu nome, eu respondi, ele perguntou de onde eu era, falei do Brasil, ele disse que percebeu pelo meu sotaque ao pedir a bebida e aí perguntou quanto eu cobrava. Fiquei sem entender, perguntei como assim quanto eu cobro. Fiquei olhando, pensando que será que ele pensa que eu trabalho no hotel, no bar. Virei pra ele e falei que continuava sem entender. Aí ele falou, é, pra você passar a noite comigo....” (E1)

“...Nessa boate em Barcelona, ficam várias mulheres com os peitos de fora pintados, dançando no palco...Um cara parou e perguntou para meu amigo brasileiro se podia conversar comigo. Ele perguntou de onde eu era, falei do Brasil, ele que legal, me deu olhada de cima a baixo e perguntou vocês gostam disso? Eu, disso o quê? Disso, apontando para o palco. E eu, de música, festa? Ele, não, de ficar mostrando os peitos...é que sempre pensei que brasileira gostava disso, de ficar mostrando os peitos, ficar rebolando e ficar mostrando o corpo....” (E1)

“...Eu estava em Las Vegas, um grupo de amigos do hotel estava jogando na piscina e começaram a conversar com a gente, eu estava com outra amiga minha, falei que eu era brasileira e um dos rapazes perguntou: Você é brasileira? Posso então passa a mão na sua bunda?... ” (E2)

“...Fui chamada de puta em um restaurante em Portugal pelos garçons por acharem que eu tinha roubado uma taça de plástico, que na verdade era de um outro local....” (E3)

“...A primeira vez que fui para a Inglaterra, uma vez fui à noite para um pub e estava lá com um grupo de pessoas, um rapaz chegou perto de mim para conversar, era um alemão e ele perguntou você é brasileira, falei sou sim, aí ele, você não quer ficar aqui? Eu arrumo um trabalho pra você de cleaner... ” (E4)

“...Eu estava em um táxi em Paris, começamos a conversar, me perguntou se estava gostando de Paris, se estava como turista e eu respondendo, me perguntou de onde eu era, normal. Falei que era do Brasil e ele começou a falar várias coisas estranhas tipo: por você posso ir buscar as estrelas, poderia ir até a lua e do nada, parei de responder e falei que não queria mais falar sobre isso... ele parou o carro em uma rua escura, era tipo duas da manhã, eu perguntei o porquê dele ter parado o carro, ele virou pra trás e perguntou quanto custa pra passar um bom momento com você? Eu fiquei sem reação...depois ele ainda perguntou 300 euros está bom pra você?..” (E7)

“Teve um episódio, na Itália, eu estava na rua com uma amiga que também é brasileira, nós estávamos vestidas até o pé, estava extremamente frio e passamos por um grupo de meninos de uns 18 anos e eles ouviram a gente falar português e viraram e falaram (em italiano): Brasileiras? E a gente ignorou e só saiu, e aí tipo um menino veio e me agarrou, isso era 3 horas da tarde, ele me agarrou mesmo, me pegou pelos braços e eu fui, empurrei ele, ele não me deixou sair, dei um soco na barriga dele e saí correndo com minha amiga..” (E11)

É importante ressaltar que as mulheres demonstraram indignação, até raiva ao relatar suas experiências discriminatórias e, especialmente, repetiam que buscaram se questionar sobre o que haviam feito para passar por aquela situação. Diversas entrevistadas mencionaram que escutaram de terceiros comentários de que toda mulher brasileira é “sensual” e “fácil” e que todos no Brasil são “pobres”. Também, ouviram questionamentos sobre se há internet no país, se elas viviam no meio da floresta e com animais, tais como elefantes. Ainda, ouviram que todos no Brasil jogam futebol, especialmente por causa da visibilidade do esporte mundialmente e o destaque do jogador Neymar.

As reações que as mulheres entrevistadas tiveram em relação às situações que vivenciaram foram desde impactadas, sem saber como reagir, chateadas, julgadas, a até questionamentos sobre a razão ou o que elas fizeram para passar por aquilo. Uma delas relatou que buscou denunciar nas mídias sociais o estabelecimento em que estavam os garçons que a fizeram se sentir assim. Outras, por outro lado, reagiram, defendendo-se das agressões, mas sentindo-se, mesmo assim, ameaçada e abusada. Um das que reagiu disse que somente conseguiu fazê-lo porque estava

acompanhada; mas, quando passou pela mesma situação sozinha, correu e não buscou ajuda. Os relatos a seguir ilustram essas situações:

“Fiquei sem saber como reagir, quando levantei fiquei paralisada, não consegui fazer muita coisa, não conseguia falar nada e fiquei com vontade de chorar, fiquei muito nervosa porque não tinha passado nada parecido com isso. Fiquei pensando no que eu fiz pra passar por aquilo, percebi que não tem nada a ver se questionar isso porque tem tudo a ver com o assediador. Pensei se era a roupa, mas o short não era curto, não se destacava de nenhuma maneira, mas tentei ficar achando uma explicação.. ” (E9)

“Me senti horrível, me senti objetificada, me senti impotente porque você não pode fazer nada né e você zela pela sua segurança em primeiro lugar então você tem medo de reagir dependendo da situação. As pessoas me ouviram em geral, mas não me senti acolhida por alguém realmente, contei no hostel que estava ficando, as pessoas me escutam e respondem nossa que situação desagradável. Mas é aquilo você se sente sozinha, porque você está sozinha né e fiquei sentindo triste...” (E7)

“Fiquei com muita raiva, voltei para os meus pais muito atordoada e com muita raiva, porque acho que a gente sente no primeiro momento é uma confusão mental, não é a imagem que você passa, não é a imagem que você quer passar, então de onde a pessoa tirou isso, de onde a pessoa tirou essa idéia, que não estou entendendo...” (E1)

O fato de a maioria das entrevistadas estar sozinha no momento da experiência negativa foi visto como determinante para a sua ocorrência. Se estivessem acompanhadas, acreditam que a situação não ocorreria ou, no mínimo, seria diferente, especialmente se estivessem juntas de um homem. Supostamente, o posicionamento de terceiros diante de uma mulher acompanhada é outro, pois não ultrapassariam limites, havendo mais respeito, já que estar sozinha no imaginário masculino significa ser um “alvo mais fácil”. Entretanto, uma entrevistada acredita que a única forma de não vivenciar uma situação como essa seria se fosse de outra nacionalidade, portuguesa, por exemplo, pois em Portugal as brasileiras são vistas por uma perspectiva “muito negativa”. Os relatos a seguir ilustram essas visões:

“O fato de você estar acompanhada, principalmente se for um homem, infelizmente muda muito a situação, as pessoas acabam respeitando mais o fato de você ter alguém com você do que você como mulher em si. ” (E7)

“Uma coisa que eu percebi é que faz muita diferença você viajar de casal ou viajar em família, com pai do que quando você está só com amigas, só mulheres, sozinha, eles respeitam muito mais quando tem um homem.” (E9)

Diante da pergunta sobre os aspectos atribuídos às brasileiras, as entrevistadas responderam que os estrangeiros têm uma visão muito sexualizada, relacionando-as à prática de se prostituir, com corpos sensuais, objetificadas:

“Que as mulheres gostam de dançar, a questão da sexualização do corpo e que por ser brasileira é uma presa mais fácil e que podem ter mais liberdade com você por você ser brasileira...disseram que somos bonitas em geral e perguntam se as brasileiras tem bunda grande..” (E7)

“Hot, sexy, gostosas. Provavelmente acham que não somos inteligentes também. Acho que os estrangeiros também creem que nossa cor de pele é mais escura. Acham que todas sambamos também.” (E8)

“...Tem as pessoas que acham que somos pessoas simpáticas e carismáticas e tem um lado que acham que estamos o tempo todo no Carnaval, que somos mulheres quase que meio prostitutas, e que estão sempre fazendo coisas meio sexuais.” (E10)

“Tem uma visão deturpada, extremamente sexualizada, mulheres que por essa questão sexualizada são tratadas como objeto e acho que isso é bem geral. A reação de mulheres às brasileiras, tirando Portugal, é bem positiva.. muitos homens tem essa visão muito sexualizada da brasileira, não como objeto sexual, mas um objeto de desejo sexual.. eles têm desejo por satisfazer essa ideia de brasileira liberal e sensual...” (E11)

Além destes, foram apresentados os aspectos de desprovidas de inteligência, que vivem em situação de pobreza, interesseiras, que querem bebidas e dinheiro, além da questão da pele mais escura.

Apesar de vivenciarem tais situações, todas as entrevistadas relataram que voltariam para os países aonde foram fazer turismo, embora algumas comentaram que permaneceriam pouco tempo e que jamais morariam lá. Em sua visão, não se deve generalizar o comportamento de um grupo para toda a sua população, e que talvez se o ocorrido se passasse agora, elas reagiriam de outra forma. Entretanto, um grupo de entrevistadas afirmou que a sua visão sobre o país se alterou, em alguns casos mudou como um todo, em outros casos mudou somente em relação ao seu povo, cuja impressão inicial era de que seria mais aberto e simpático, mas que agora é de que é preconceituoso. Uma entrevistada fugiu a essas afirmações e disse que o problema era a normalização do machismo, e não necessariamente a nacionalidade das pessoas.

4.2.

Análise dos dados

É possível analisar o comportamento do sujeito do Norte Global frente às mulheres brasileiras a partir das discussões de Spivak (2010), quando a autora diz que um dos exemplos de violência epistêmica é o projeto vasto e heterogêneo de se constituir o sujeito colonial como “Outro”. Por que o sujeito do Norte altera seu comportamento frente a essas mulheres? Por que essas mulheres foram subalternizadas por esses sujeitos? E, de que forma? Pensando nessas questões, é possível rever os relatos das mulheres e refletir que a noção construída em torno desse Outro feminino advindo de um país considerado de Terceiro Mundo é carregada de uma ideia de inferioridade, além de racialização e sexualização deste. Apoiando-me em Spivak (2010), coloco que, a noção das minorias, sendo aqui consideradas as mulheres brasileiras, tidas como Outro, no discurso dominante do Norte, será sempre uma “representação” efetivamente, e não uma correspondência à sua figura real. Aqueles que têm o poder de representar e descrever os outros controlam notoriamente como esses outros serão vistos (SAID, 1978). É importante pensar que essa representação muitas vezes será confundida como uma representação de uma cultura inteira, reduzindo suas diferenças, determinando-as em categorizações essencializadoras/estereotipadoras, o que as destitui de voz e as subalterniza. Nas palavras de Mohanty (1991, p. 71), “*as mulheres do Terceiro Mundo jamais superam a generalização debilitante de sua posição de objeto.*”

A subalternidade, em um primeiro momento, ocorria para as entrevistadas quando, ao se apresentarem como mulheres brasileiras, o comportamento do outro se alterava, seja por meio das perguntas realizadas em sequência, através de discursos estereotipados ou, mesmo, chegando à violência física. Observamos que a intersecção entre as dimensões de gênero e nacionalidade, em um contexto pautado pelo patriarcado e pelo imperialismo, foi utilizado de forma a discriminar essas mulheres. É possível que outras dimensões sejam percebidas, como classe e raça, se considerarmos e analisarmos um grupo ainda mais amplo e diversificado. À medida que outras dimensões interseccionadas são utilizadas para discriminar, a subalternidade se aprofunda.

Ao percorrer as histórias compartilhadas pelas brasileiras, a figura do homem ganha centralidade no momento do ato discriminatório, pois todas relataram que o indivíduo responsável por este era do sexo masculino. A opressão patriarcal aqui vai além do binarismo homem-mulher, visto que a mulher do Terceiro Mundo é reduzida a um objeto de consumo e de fetichização para o homem do Primeiro Mundo, que desta forma, buscam reafirmar implicitamente e complacentemente sua superioridade ao restante dos povos (BAHRI, 2013). Além disso, a figura do homem ganha centralidade quando as entrevistadas manifestam que, na opinião das mesmas, as situações discriminatórias seriam diferentes caso estivessem acompanhadas de uma figura masculina.

Diante disso, percebe-se o porquê Spivak propõe que a mulher do Terceiro Mundo se encontra na obscuridade: por um lado, a mulher é subalternizada pelo homem imperialista do Norte Global, que silencia essas mulheres por meio de práticas discursivas estereotipadas, seja reduzindo a sua imagem a algo fixo e único, seja adotando a violência física. Como Spivak (2010) coloca, a formação ideológica masculina-imperialista constrói a categoria monolítica da mulher do Terceiro Mundo – no presente caso, a mulher brasileira. Por outro lado, ela é silenciada quando respeito somente lhe é concedido ao estar na presença de uma figura masculina, seja este de origem terceiro-mundista ou não. Desta forma, as identidades dessas mulheres foram deslocadas de maneira a considerá-las sempre inferior à identidade masculina. As entrevistadas colocaram que se sentiriam mais confortáveis nos países para onde foram fazer turismo se estivessem acompanhadas de seus respectivos companheiros ou de seus pais, pois acreditam que, nessa condição, jamais passariam por esse tipo de situação.

Retomando a mecânica da constituição do Outro, percebe-se que há uma consonância nos aspectos que foram atribuídos a essas mulheres nas situações que viveram e na própria opinião destas ao serem questionadas sobre a visão do sujeito do Norte Global em relação às mulheres brasileiras: Prostituição, corpos sensuais nus que gostam de dançar, sexo fácil, pobres, de peles mais escura, desprovidas de inteligência. Isso contrasta com a ideia declarada por Spivak (2010) de que o sujeito subalterno feminino é heterogêneo, especialmente quando se pensa na vivência e opressão da mulher periférica branca, que é diferente da mulher periférica negra que é ainda mais marginalizada do que a mulher periférica de grupos dominantes.

Mas, conforme foi percebido, a mulher brasileira é homogeneizada e enquadrada dentro dessas concepções citadas. Essa homogeneização é abertamente criticada por Spivak (2010) quando discorre sobre a concepção de mulher que é proposta pelo discurso feminista ocidental e pelo próprio discurso pós-colonial, no qual diferenças estruturais históricas entre as mulheres são desconsideradas. Ao construir esse Outro, no caso a mulher brasileira, o sujeito hegemônico o invisibiliza e o silencia, retirando desta qualquer possibilidade de representação (SPIVAK, 2010). Ao se apresentarem como brasileiras em países do Norte, suas identidades foram pré-determinadas independente de quem sejam ou o que fazem; suas imagens foram reduzidas e suas pluralidades negadas.

A criação e manutenção de estereótipos pode ser uma ferramenta ideológica eficiente para manutenção da dominação e, no caso das entrevistadas, foi utilizada como principal mecanismo de subalternização dessas mulheres. Estereótipos essencialistas podem ser utilizados na prática de inferiorização e privação de direitos, criação de hierarquias raciais e de exploração (BHARI, 2013). Ao perpassar a história, percebemos que as práticas coloniais de orientalismo e exotismo se apoiaram em diferentes essencialismos criados. O sujeito feminino, desprovido de voz, acaba por ser destinado a ser mal interpretado ou mal representado por interesse pessoal daqueles que possuem poder para representar (SPIVAK, 1994). De acordo com Bhabha (1998, p. 117), os estereótipos são imagens simplificadas presas, fixas, “*que constitui um problema de representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais*”. Para esse mesmo autor, os estereótipos se alimentam de fragmentos da realidade, mas lhes são adicionadas características que não condizem com ela. Nos relatos de todas as mulheres entrevistadas, os marcadores de prostituição, sexo fácil e outros citados anteriormente foram utilizados de forma a agredir, verbal e fisicamente, e discriminar essas mulheres. A representação dessas mulheres, quando limitadas a estes marcadores, desempenha uma colonização discursiva, ou seja, manifestações superficiais do centro de desenvolvimento econômico e cultural colonizador sob a periferia colonizada, o Terceiro Mundo.

Nos itens a seguir, descortinamos esses discursos estereotipados e trouxemos para essa discussão a origem dessas categorizações conferidas às mulheres brasileiras e que atingiram as entrevistadas, de forma a compreender melhor esses mecanismos de subalternização. Ele possui vestígios re-significados do passado, em que estereótipos foram perpetuados e afirmados por meio dos tempos por diferentes sujeitos e pela mídia. Os corpos das mulheres brasileiras acabaram responsáveis por carregar marcas e imaginários da cultura brasileira que foram estabelecidos no período colonial (GOMES, 2010).

4.2.1. Prostituição e sexualização

Remetendo aos tempos de invasão do Brasil pelos europeus, quando chegaram ao território, tiveram contato com uma cultura que lhes era estranha, repleta de diferenças, construindo uma leitura em que a mulher possuía uma posição central. Imaginários de paraíso natural e hipersexualidade das mulheres fizeram parte, historicamente, da formação da imagem da sociedade brasileira (GOMES, 2009). De acordo com Souza (2009, p. 4):

“a imagem sensual da mulher brasileira, detentora de um corpo imponente se configurou a partir de um processo de tradução, no qual o olhar do “Outro” gera representações criativas acerca das características físicas da gestualidade, dos hábitos dos costumes culturais.”

Essas representações podem ser encontradas nas imagens e nos textos produzidos pelas primeiras missões artísticas e expedições coloniais, como a carta de Pero Vaz de Caminha, aprisionando o Brasil e a mulher num conjunto de estereótipos (FILHO, 2006). Nos relatos, os portugueses demonstravam, por um lado, perplexidade com a beleza das índias, sentiam-se seduzidos e, por outro, choque diante da nudez delas, que era uma informação nova e incompreendida na cultura europeia (SOUZA, 2009):

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados. Andam nus, sem cobertura alguma [...]. “Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha [...]. E uma daquelas moças [...] era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela. (CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA, 1500).

No imaginário do homem colonial, essa mulher não-ocidental aparece como um depósito de sexualidade livre, que não havia sido ainda submetida aos controles civilizatórios que controlaram as mulheres ocidentais, tornando-se objeto de desejo masculino (ADELMAN, 2004). Havia um confronto dicotômico entre a mulher europeia, casta pura e cristã, e da mulher negra, indígena, observada como selvagem, impura e com sexualidade latente. A construção da mulher brasileira como pecadora, e dispostas à prostituição e ao sexo fácil, relaciona-se a uma reconstrução da moral cristã ocidental que separa as mulheres entre “Marias” e “Evas” (VASCONCELOS, 2005) ou entre “eurodescendentes virgens, esposas e mães” e “indígenas e africanas ou afrodescendentes escravizadas pecadoras, disponíveis sexualmente” (GOMES, 2012, p. 507; STOLKE, 2006).

O olhar estrangeiro, hoje, reencena o olhar atribuído durante o tempo colonial, representando o país ora como “paraíso perdido”, ora como “alteridade idealizada”, onde um suposto hedonismo tropical é articulado, em que festas e sensualidade são acompanhados de impunidade e exotismo (FILHO, 2006). Segundo Quijano (2005), há uma construção do “Nós” eurocêntrico, caracterizado como o moderno, o racional, o civilizado e do “Outro”, irracionais, representantes do passado. Esse olhar acabou sendo sustentado por diferentes circunstâncias, tais como podem ser citados, a utilização da figura da mulher brasileira como produto turístico pela EMBRATUR, a visão divulgada pela mídia em relação ao Carnaval, em que se destaca o corpo nu das mulheres ao invés de mostrar os aspectos culturais da festa tradicional (BADET, 2012), a inclusão do Brasil nos circuitos mundiais de turismo sexual e da visibilidade que as brasileiras foram ganhando na indústria do sexo na Europa (PISCITELLI, 2008). A construção e disseminação da hipersexualização como característica brasileira é, então, perpetuada pelos processos midiático nacionais e internacionais, posicionando a brasileira seminua, que dança, como um corpo colonial e como representação principal do Brasil, personificando o imaginário acerca dessas mulheres e as submetendo ao desejo alheio. Essa crença e propagação de imagens que representam a mulher brasileira possui um grau de representação extremamente forte, que acaba por se configurar como um estereótipo cultural (SOUZA, 2009).

4.2.2.

A mulata e a sensualidade

No tocante à pele mais escura, citada nas entrevistas como aspecto atribuído às brasileiras, ainda exploramos que, após a independência do Brasil e a construção de identidade brasileira, intelectuais e literatos buscaram reconstruir ideias coloniais de paraíso a partir da ênfase nas belezas naturais e na mistura das raças, onde a figura mulata se concretiza como símbolo dessa mistura (GOMES, 2010). A consolidação dessa visão ocorre quando a mesma é utilizada pelo governo brasileiro, nos 1970 e 1980, com o objetivo de atrair turistas ao país. Além disso, pode-se refletir sobre a imagem da mulher de pele escura com corpos sensuais que perpassam os imaginários estereotipados dos sujeitos do Norte Global, remetendo não somente às narrativas amplamente divulgadas pela mídia dos Carnavais que construíram uma visão erotizada, sexualizada e objetificada da mulher negra e mulata, mas resgatando a memória de submissão, opressão e abusos que afligiu as pessoas negras durante o período colonial no Brasil (RIBEIRO, 2018), sendo a mulher negra considerada, assim como a indígena, objeto de desejo sexual de homens brancos de origem europeia. Essa visão de sensualidade da mulata brasileira também foi, ao longo da história, reforçada por canções e filmes de Carmem Miranda e obras literárias de autores como Jorge Amado e Gilberto Freyre (SILVA; ANDRADE, 2012).

4.2.3.

Visão tropical e exótica

De acordo com Dalchiavon (2012), a ideia de Brasil como uma terra paradisíaca, de índios, exotismo com uma variedade de plantas, animais, riquezas e perigos foi formada durante o século XVI e ainda, no século XXI, acaba por representar o país. A ideia de paraíso natural é dos estereótipos que mais evidentes e difundidos desde a descrição de Colombo, em que o mesmo evidencia constantemente a riqueza natural das terras encontradas. Embora tenham-se passado séculos, o imaginário que se tem hoje do país é uma perpetuação da primeira imagem descrita pelos europeus ao chegarem no território brasileiro. Para Schmeil (1994, p. 71):

sempre foi divulgado internacionalmente pelos meios de comunicação de massa através de imagens de um mundo tropical, quente e sem regras muito rígidas, como uma arena anti-estrutural. Muitas propagandas veiculadas em televisão mostram paisagens compostas de uma fauna e flora rica e colorida, onde mulheres morenas felizes seminuas e sensuais dançam ou caminham a beira-mar, ao sol quente [...]

A exuberância das florestas até hoje é marca de distinção do país. Prova disso é a proeminência que ganha a Amazônia nas discussões sobre o clima global ou nas representações de turistas estrangeiros (RIBEIRO, 2001). Para Ribeiro (2001), a floresta tropical sempre foi associada, por um lado, a um “inferno tropical”, ao medo do desconhecido, em que atrás de cada árvore encontrava-se um animal ou um selvagem pronto para atacar. Por outro lado, haveria uma exuberância de formas, cores, vidas, a liberdade dos nativos, nós, inocentes e fontes de diversas utopias sobre o paraíso natural.

Esta perspectiva de Brasil como paraíso tropical e exótico permanece ao longo dos mais 515 anos desde a chegada dos portugueses no território e, pouco se fez, efetivamente, para mostrar internacionalmente o país além do imaginário tropicalista, prevalecendo visões reducionistas que são associadas às identidades dos brasileiros (BADET, 2016).

4.2.4. Mecanismos de subalternização

As práticas discursivas marcada pelo estereótipo da prostituição, da sexualização, do exotismo, da mulata sensual descritos acima, foram utilizadas como mecanismos de subalternização das mulheres brasileiras e tiveram um forte poder discriminatório que silenciou essas mulheres brasileiras e lhes tirou o poder de autorrepresentação. Os corpos femininos foram vítimas de um poder discursivo distinto, que foi construído desde o período colonial e que age como agente coercitivo, opressor e limitador. Houve uma homogeneização da imagem e da representação das mulheres brasileiras, de forma a negar a subjetividade e a individualidade das mesmas, resumindo-as somente a corpos permeados pelo mito de sexualidade aflorada. Mediante a fala das entrevistadas, percebeu-se que, ao confrontarem com esses diferentes mecanismos discursivos que foram utilizados desde formas mais sutis, como piadas, até a forma de violência física, foi gerado medo, insegurança e certa culpa, e que ao se questionarem o que elas haviam feito

para passarem por essa situação ou ao olharem para sua própria roupa, elas foram silenciadas.

Desse modo, podemos notar a violência epistêmica que perpassa as experiências vivenciadas por essas mulheres brasileiras, destituindo-as de voz e sendo representadas por outrem (agentes do Norte Global). A opressão das mulheres pela dominação patriarcal, que era uma característica própria do período colonial, aparece reconfigurada em uma nova ordem global através de mecanismo discursivos estereotipados, dando continuidade à mesma chave de relações que marcava aquele período.

Em sua maioria, as entrevistadas relataram que suas visões sobre esses países se alteraram negativamente, pois não esperavam esse olhar do terceiro. Pode-se buscar explicar esse fato pela rede de poder imperialista que permeia o cenário global, em que os países do Norte Global, considerados de Primeiro Mundo, seriam mais desenvolvidos e superiores se comparados aos países do Sul Global, nos quais não se esperaria esse tipo de comportamento de sua população e onde espera-se, como Spivak (2010) denomina, uma apropriação benevolente destes. Porém, a representação do discurso ocidental em relação ao Terceiro Mundo e as mulheres deste, qualificando-os como um “Outro”, justamente faz parte dos esforços para a manutenção dessa hierarquia entre Norte e Sul Global, Primeiro e Terceiro Mundo, de modo a atender os interesses econômicos do Ocidente (SPIVAK, 2010). Ademais dessa nova visão, outro efeito constatado foi um aumento do medo, da insegurança e da cautela ao viajarem após as situações vivenciadas. Para além dessas consequências, a manutenção da visão estereotipada da mulher brasileira pode reforçar o turismo sexual, a prostituição e o tráfico sexual de mulheres e crianças.

5

Considerações finais

Este trabalho centrou-se no entendimento de como a subalternização de agentes do Norte Global às mulheres brasileiras, em um contexto de turismo, se materializa, tomando como base as narrativas compartilhadas por onze mulheres brasileiras que passaram por situações de discriminação e analisando-as por meio de uma ótica pós-colonial. É importante ressaltar que não tentamos representar esse sujeito subalterno feminino, pois se o fizéssemos, estaríamos rompendo com tudo o que foi demonstrado até então, mas criar um espaço de fala para esse sujeito. A partir da análise dos dados, são feitas algumas considerações finais.

Os estudos pós-coloniais e subalternos surgiram e se desenvolveram como práticas acadêmicas num mundo contemporâneo, onde a globalização produz novos padrões de dominação e exploração, fortalecendo outros, estabelecidos anteriormente. Nesta dinâmica, percebemos que a mulher brasileira como turista é condicionada ao silêncio em uma situação de dupla subalternidade: pelo patriarcado e pela lógica imperialista, colonial. Constatou-se que estereótipos de sexualidade, prostituição, sexo fácil, exotismo, entre outros, foram utilizados em práticas discursivas como mecanismos para silenciar e subalternizar esse sujeito feminino. Em conjunto com esses mecanismos, a violência física foi utilizada em alguns casos, causando medo, raiva, insegurança e culpa nessas mulheres. Esses marcadores essencialistas tiveram suas origens no período colonial, mas são reforçados por diferentes veículos. Estes, que diversas vezes estão ligados às mídias nacionais, internacionais e ao setor turístico, são relevantes para a manutenção do discurso colonial e da subalternidade. Apesar de trazermos essa questão para um contexto específico, é necessário refletir que em situações bem mais simples, a mulher é impedida de falar ou não é ouvida, pois sua identidade é deslocada, de forma a considerá-la sempre inferior à identidade masculina.

A literatura de marketing pouco reconhece os aspectos de pós-coloniais com relação à polaridade Norte e Sul Global, acabando por reforçar distorções estabelecidas pelas abordagens hegemônicas. Promover um marketing mais crítico nas práticas de promoção e comunicação, especialmente, mas não limitando-se, no turismo, é buscar descolonizar imaginários, desconstruir discursos essencialistas e confrontar a imposição de uma episteme que silencia a fala do subalterno, especialmente do subalterno feminino.

A utilização da corrente pós-colonial nesta área, portanto, pode possibilitar a criação de diferentes perspectivas, bem como novos estudos em que as especificidades, contextos, diferenças e realidades distintas do mundo eurocêntrico são consideradas. Ademais, se faz necessário questionar e repensar os modelos e conteúdos de marketing produzidos pelo Norte e reproduzidos no Sul Global, visto que, quando um discurso de marketing é produzido pelo Terceiro Mundo, ele é desconsiderado dentro da hierarquia global, devido à não validação epistemológica do mesmo. A importância de compreender o Sul Global também como criador de teorias é essencial para valorizar novas perspectivas e descolonizar as diferentes linhas de aplicabilidade das ciências sociais, entre elas, o marketing.

5.1. Implicações práticas do estudo

O presente estudo traz contribuições e subsídios para repensarmos de que forma a imagem da mulher brasileira está sendo construída e transmitida pelos meios de comunicação de diferentes setores e quais são suas implicações nas vidas e experiências das mulheres.

Muitas já foram as conquistas de espaço por parte de alguns grupos de mulheres e do sujeito colonial/terceiro-mundista, entretanto, muito ainda pode ser feito. Pois, como argumentamos durante todo o trabalho, a mulher terceiro-mundista sofre variados modos e níveis de opressão. O impacto da pesquisa na prática é, desta forma, motivar discussões sobre como a discriminação de gênero ainda é assimilada, propagada e reproduzida especialmente por meio de construções discursivas estereotipadas e sexualizadas.

Ademais, hoje, temos grandes debates sobre políticas de proteção aos imigrantes brasileiros, mas como foi possível verificar, as mulheres brasileiras, mesmo em situações de turismo, passam por situações de violência e de discriminação. Cabe então, levantarmos possibilidades concretas de proteção às turistas brasileiras, de modo que não somente encontrem ajuda, mas para que casos como os relatos tenham uma maior visibilidade, sejam denunciados e combatidos.

Como implicação prática no meio acadêmico, o estudo colabora para revermos e atuarmos no que condiz ao espaço da mulher acadêmica brasileira nas referências e bibliografias utilizadas nos cursos de Ensino Superior no Brasil. Refletimos, neste trabalho, que a mulher brasileira é subalternizada no Norte Global, mas ao não abrir espaço das academias para esse sujeito e utilizarmos majoritariamente produção nortistas (e masculinas) corroboramos com a manutenção da subalternização desse sujeito.

5.2.

Sugestões de estudos futuros

A partir da gravidade das histórias compartilhadas, torna-se ainda mais palpável e necessária o fomento da discussão sobre a subalternização da mulher brasileira. A criação de espaços de fala e de escuta para essas mulheres, percebendo sua diversidade, pluralidade e subjetividade, é de significativa importância.

São incentivadas, portanto, pesquisas futuras que aprofundem o tema aqui abordado. Dado o foco que este trabalho deu no contexto de turismo, um caminho a ser explorado é o de buscar entender como se perpetua a subalternidade do sujeito feminino em outros contextos. Além disso, outra sugestão para estudos futuros seria aprofundar a via interseccional da subalternidade feminina, analisando outras dimensões além do gênero e da nacionalidade.

Por fim, no campo de marketing, a teoria pós-colonial e os estudos sobre subalternidade têm tido pouca atenção. Isso pode ocorrer devido ao fato de que grande parte dos estudos de marketing é dos países do Norte Global, especialmente dos EUA. No entanto, é primordial a necessidade de uma agenda pós-colonial, não somente no marketing, mas em toda a área de ciências sociais aplicadas, pois, ao considerar as bases teóricas advindas do Norte, as pluralidades são desconsideradas.

ADELMAN, M. **Feminismo, pós-colonialismo e novas narrativas sociológicas.** Seminário Temático - Pós-colonialismo, pós-nacionalismo, pós-socialismo: a democracia como suspensão e a demanda por uma nova normalidade. Minas Gerais, 2004.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte, Letramento. 2018.

ALBUQUERQUE, M.; BRAGANÇA, D.; LIMA, L. Os Padrões de Identificação da Mulher Brasileira no Exterior: O Caso das Intercambistas da Universidade Federal Fluminense. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, Florianópolis, ed. 11, v. 7, 2019.

ALMEIDA, S. R. G. **Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade.** Estudos Feministas. Florianópolis, ed. 2. v. 21, 2013.

_____. “Prefácio – Apresentando Spivak”. In: SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

AMORIM, M. I. F. A representação da mulher latino-americana: da literatura para o cinema. E-scrita **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**: Nilópolis, Brasil, v. 6, n. 2, 2015.

BADET, M.; FERNÁNDEZ, V. L. **La mujer brasileña y Brasil en los mass media de España: el papel de las noticias estándar en la apropiación de los contenidos.** Líbero, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 53-68, 2012.

_____. **Periodismo e imaginários: Brasil más allá de lo tropical y lo sensual.** Barcelona: Editorial UOC, 2015.

BAHRI, D. “Feminismo e/no pós-colonialismo”. **Revista Estudos Feministas**, Tradução de Andréia Guerini e Juliana Steil. Florianópolis, p. 659-688. 2013.

BHABHA, H. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIGNAMI, R. **A Imagem do Brasil no Turismo.** 2ª Edição. São Paulo: Aleph, 2005.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades.** Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, Brasil, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BISPO, M. N.; LOVISOLO, H. R. **Os estereótipos dos brasileiros no guia de etiqueta da Olimpíada de Londres: uma análise da repercussão midiática.** *Organicom*, Brasil, v. 8, n. 15, 2011.

BROCARD, D.; TECCHIO, C. Olhares para a História: pós-colonialismo, estudos subalternos e decolonialidade. **RelaCult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Brasil, v. 3, 2017.

CAMINHA, P. V. **Carta a El-Rei Dom Manoel sobre o achamento do Brasil. 1500.** Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 14 de dezembro de 2019.

CARVALHO, J. J. **O olhar etnográfico e a voz subalterna.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, 2001.

CASTILHOS, D. S.; CASTILHOS, T. M. S. Os estereótipos e a violência contra as imigrantes brasileiras na mídia portuguesa. **Revista Diálogos Possíveis**, Salvador, ed. 2, v. 14, p. 53-71, 2015.

CAVALCANTE, A. C. **As Iracemas e os príncipes do além-mar: políticas públicas e a exploração do turismo sexual no Ceará.** 2011. 182f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Administração de empresas, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2011.

COLANTUONO, A. C. S. **A segmentação da demanda turística no mercado brasileiro e as políticas de fomento ao setor.** Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN), Mossoró/RN, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/turism>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

COLLINS, P. H. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória,** Patricia Hill Collins. Parágrafo, n. 1, jan-jun, 2017.

COUTINHO, Filipe. Adidas diz que vai tirar do mercado camisetas do Brasil com apelo sexual. **Folha UOL** 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2014/02/1417599-adidas-diz-que-vai-retirar-do-mercado-camisetas-do-brasil-com-apelo-sexual.shtml>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2019.

CRENSHAW, K. W. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist** _____. **Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color.** Stanford Law Review, n. 43, p. 1241-1299. 1991.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-189. 2002.

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **VV.AA. Cruzamento: raça e gênero.** Brasília: Unifem, 2004.

DALCHIAVON, L. Imagens e Imaginário do Brasil como Produto Turístico: a Contribuição dos Relatos de Viagem e da Literatura Brasileira. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: Turismo e paisagem: relação complexa,** Caixas do sul (RS), Brasil, 2012.

DAMIÃO, A. P. **A episteme de ponta-cabeça: os saberes subalternos e as novas perspectivas das ciências sociais.** Estudos Sociológicos, Araraquara, v. 20, n. 38, p. 145-162, 2015.

DE CARVALHO, B. S. **Subalternidade e possibilidades de agência: uma crítica pós-Colonialista.** Revista Estudos Políticos, Brasil, ed. 4. v. 2, p. 65-69, 2011.

DE LA TORRIENTE, E. Cuerpos a la brasileña. **El País**, 2009. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2009/09/20/eps/1253428010_850215.html>. Acesso em: 14 de dezembro de 2019.

ETTO, R. M.; CARLOS, V. G. **A subalternidade feminina em desmundo.** REVELL: Literatura e Oralidade, Brasília, Brasil, v. 2, n. 16, 2015.

FERIN-CUNHA I. **A mulher brasileira na televisão portuguesa.** Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico v.III, p. 535-553. 2005.

FERNANDES, A. C. **Pode o subalterno falar? A crítica epistêmica e a produção feminista: os (outros) sujeitos do conhecimento.** Estudos Sociológicos, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 485-489, 2016.

FILHO, P. C. C. **Imagem, alteridade e autonomia subalterna: Nota sobre a sobrevivência dos estereótipos nas representações estrangeiras do Brasil.** XV Encontro da Compós, na Unesp, Bauru, SP, 2006.

GABRIELLI, C. P. **Das “vergonhas” descritas por Caminha, ao turismo sexual: O uso de imagens femininas atreladas ao desenvolvimento turístico do Brasil.** 103f. Dissertação (mestrado) – Mestrado em Cultura e Turismo, Universidade estadual de Santa Cruz. Ilhéus, 2006.

GLOBO. **Brasileiras relatam discriminação ao chegarem sozinhas a Portugal.**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/brasileiras-relatam-discriminacao-ao-chegarem-sozinhas-portugal.html>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2019.

GODINHO, E. **Bordando subalternidades: uma perspectiva feminista sobre representação.** Revista Cabo dos Trabalhos, v. 17, p. 1-19, 2018.

GOMES, M. S. **La Construcción del Brasil como un Paraíso de Mulatas: del Imaginario Colonial al Marketing Turístico.** Sociedad Hoy, v. 17, p. 75-87, 2009.

_____. **A (des)(re)construção do Brasil como um Paraíso de Mulatas.** Revista Eletrônica de Turismo Cultural (USP), v. 4, p. 48-70, 2010.

_____. **Mulheres brasileiras em Portugal e imaginários sociais: uma revisão crítica da literatura.** CIES e-Working Papers, v. 106, p. 106, 2011.

_____. **O Marketing Turístico e o reposicionamento da imagem do Brasil no mundo: uma análise do Plano Aquarela da Embratur.** Book of Proceedings-International Conference On Tourism & Management Studies, Algarve, v. 1, 2011.

_____. A Imagem do Brasil no Exterior e o Turismo: A Operacionalização do Plano Aquarela em Portugal. **Revista Rosa dos Ventos**, [s. l.], v. 4, p. 506-521, 2012.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80 p. 115-147, 2008.

HENNING, C. E. **Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. Mediações: Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.

ISQUIERDO, L. B. **Pensando o gênero nas relações internacionais**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%AAnero-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais.pdf>>. Acesso em: 05 de março de 2020.

JARDIM, G. S.; CAVAS, C. S. T. **Pós-colonialismo e feminismo decolonial: caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo**. Ponto e Vírgula (PUC-SP), n. 22, 2017.

KAJIHARA, K. A Imagem do Brasil no Exterior e o Turismo: Análise do material de divulgação oficial da EMBRATUR, desde 1966 até 2008. **Revista Acadêmica - Observatório de Inovação do Turismo**, [s. l.], v. 5, n. 3, 2010.

LAMOUNIER, B.; SOUZA, A. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. São Paulo: Campus, 2010

LERMA, B. R. L. **El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a um feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano**. La manzana de la discordia. v. 5, n. 2, p. 7- 24, Julho-Dezembro, 2010.

LINO, T. R. **O lócus enunciativo do sujeito subalterno: fala e emudecimento**. Anuário de Literatura, Florianópolis, ed. 1, v. 20, p. 74-95, 2015.

LOPES, A. C. B.; MALEBA, R. C. A. **A imagem do Brasil como destino de turismo sexual na produção acadêmica de dissertações e teses (2001 - 2012)**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.167-181, ago. 2015.

MACHADO, D.; COSTA, W. M. L.; DUTRA, D. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 12(3), p. 229-248, 2018.

MAGLIANO, M. J. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 691-712. 2015.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, A.; PRAZERES, L. L. G. **A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras.** Temáticas, Campinas, v. 23 (45-46), p. 25-52, 2015.

NASCIMENTO, V. L. Q. **Plano Nacional do Turismo 2003-2007: afinal, o que resultou?.** VI Encontro Nacional da Anppas, Belém (PA), Brasil, 2012.

NEVES, C. R. **A perspectiva pós-colonial de Antoni Gramsci: os subalternos.** Babilônia, n. 8, v. 9, p. 59-64, 2010.

_____.; ALMEIDA, A. C. O papel da mulher intelectual na libertação da subalternidade de gênero. **Revista Em tempo de Histórias**, Brasília, Brasil, n. 25, 2015.

OLIVEIRA, P. M. Migração e Colonialidade: Pensando o imigrante brasileiro em Londres. **Revista Eixo**, Brasília - DF, v. 5, n. 2, 2016.

PADOVANI, N. C. **É Possível Fazer Ciências Sociais sem uma Análise Crítica das Categorias de Diferenciação? Uma Proposição Feminista.** Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, ed. 12, v. 7, 2017.

PATERNIANI, S. Z. Gayatri Spivak e o feminismo negro: notas para um debate. **Revista Simbiótica**, Brasília, Brasil, v. 2, n. 1, 2015.

PELÚCIO, L. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer.** Contemporânea: Dossiê Saberes Subalternos, Brasil, v. 2, n. 2, p. 395-418, 2012.

PISCITELLI, A. Corporalidade em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 17-32. 2007.

_____. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.** Revista Sociedade e Cultura, v.11, n. 2, p. 263 a 274. jul-dez. 2008.

_____. “Sexo tropical”: Comentários sobre gênero e “raça” Em alguns textos da mídia brasileira. **Cadernos Pagu**, v. 6/7, p. 9-33, 2010.

PRASAD, A. **Postcolonial theory and organizational analysis: a critical engagement.** Palgrave: McMillan, 2003.

PRYSTHON, A. Estudos Culturais: uma (In) Disciplina? In: **Comunicação e Espaço Público.** v. 1, 2003.

_____. **Margens do mundo: a periferia nas teorias do contemporâneo.** In: **Revista da FAMECOS**, Porto Alegre, v. 21, n. 21, p. 43-50, 2003.

_____. **Interseções da Teoria Crítica Contemporânea: Estudos Culturais, Pós-Colonialismo e Comunicação.** ECO-PÓS, Universidade Federal de Pernambuco, ed. 2, v. 7, p. 31-44, 2004.

_____. **Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina.** Interin, Curitiba, Brasil, v. 9, n. 1, p. 1-25, 2010.

PUAR, J. ‘I’d rather be a Cyborg than a Goddess.’ **Intersectionality, Assemblage, and Affective Politics.** Eipcp: European Institute for Progressive Cultural Policies. Jan 2011. Maio de 2012.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires, CLACSO, 2005.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Identidade Brasileira no Espelho Interétnico. Essencialismos e Hibridismos em San Francisco. *Série Antropologia***, Brasília, v. 241, 1998.

RIBEIRO, G. L. Tropicalismo e Europeísmo. Modos de representar o Brasil e a Argentina. In: FRIGERIO, A.; RIBEIRO, G. L. (orgs.). **Argentinos e Brasileiros. Encontros, Imagens e Estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROSA, A. R.; MEDEIROS, C. R. O.; JÚNIOR, V. M. V. **Sob as sombras do discurso colonial: subalternidade e configurações de gênero em uma lavanderia do interior de Minas Gerais**. Caderno EBAPE.BR, Brasil, v. 10, n. 2, 2012.

SAID, E. W. **Orientalism**. Nova Iorque: Random House Inc., 1978.

SARTORE, A. R.; SANTOS, A. R.; SILVA, C. F. Tecendo Fios Entre o Feminismo Latino-Americano Descolonial e os Estudos Pós-Coloniais Latino- Americanos. **Revista Interterritórios**, Caruaru, Brasil, v. 1, n. 1, 2015.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez. 2010.

SANTOS, L. L. Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade económica, gênero e epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais, Brasil**, v. 114, p. 161-186, 2017.

SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S. O Brasil pelo olhar do Outro: Representações de Estrangeiros sobre os Brasileiros de Hoje. **Revista Estudos Políticos**, Brasil, ed. 2, v. 47, p. 75-391, 2008.

SCHMEIL L. **“Alquila-se una Isla”: Turistas Argentinos em Florianópolis. Dissertação de Mestrado**. Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

SILVA, V. N. P. F. R. N.; OLIVEIRA, P. M. A. Quando a mulher negra subalterna fala: diálogos entre Gayatri Chakravorty Spivak e Carolina Maria de Jesus. In: **Working Paper**, Porto, n. 74, 3ª série, 2018.

SOUZA, L. A. A pré-história da imagem estereotipada da mulher brasileira: desvendando o estereótipo. **Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, São Paulo, n. 3-4, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/cordis/article/view/9551>>. Acesso em: 2 abril de 2020.

SPIVAK, G. C. Criticism, Feminism, and The Institution. *In: The Post-Colonial Critic: Interviews, strategies, dialogues*. Tradução: Sarah Harasym. 1. ed. New York: Routledge, ISBN 0415901707. cap. 1, p. 1-25. 1990.

_____. **A Critique of Postcolonial Reason. Towards a History of the Vanishing Present**. Harvard university Press, Cambridge, 1999.

_____. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 174p. 2010.

STOLKE, V. **O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX.** EstudosFeministas, Florianópolis, ed. 1, v. 14, 2006.

VASCONCELOS, V. N. P. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. **Revista Ártemis**, n. 3, 20 dez. 2005.

VICE. **Pisos, Pericos y Prostitutas Brasileñas**. 2009. Disponível em: <<https://www.vice.com/es/article/vd8jyx/madrid-pisos-perico-y-prostitutas-brasilenas>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2019.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negrese estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, Rio de Janeiro v. 1, n. 1, p. 8-17, 2010.

WHITLOCK, G. Outlaws of the Text: Women's Bodies and the Organisation of Gender in Imperial Space. Paper presented at the Australia/Canada: **Postcolonialism and women's texts research seminar**, Calgary Institute for the Humanities, Fevereiro, 1992.

ZERBIELLI, A. G. Ascensão social pelo consumo e projeção internacional do brasil no governo lula. **Revista Contraponto**, Algarve, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/contraponto/article/view/65733>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

Apêndice A

Roteiro de Entrevista

1. Qual/Quais países do hemisfério Norte você já visitou? Qual foi seu critério de escolha para visitar o(s) país (es)?
 2. Quanto tempo você permaneceu no (s) país (es)? Você foi sozinha ou acompanhada?
 3. Em algum momento da viagem, você precisou contar para alguma pessoa do país que era brasileira? Por que isso foi necessário?
 4. Qual foi reação dos estrangeiros quando descobriram que você era brasileiro? Houve alguma mudança de comportamento por parte deles?
 5. Você sofreu qualquer tipo de discriminação na sua viagem? Se sim, que tipo? Por favor, conte em detalhes como foi a situação.
 6. Você ouviu algum tipo de “piada” relacionada à visões distorcidas\estereotipadas em relação ao Brasil?
 7. Como você reagiu ao ocorrido? Como você se sentiu? Caso tenha buscado ajuda, você foi ouvida por alguém?
 8. Você acredita que se estivesse sozinha acompanhada (dependendo da resposta 2), as situações vividas seriam diferentes?
 9. Pra você, quais são os aspectos atribuídos geralmente às brasileiras por pessoas estrangeiras?
 10. Você voltaria no país visitado?
 11. Como você aconselharia outras brasileiras que vão visitando esse lugar?
 12. Sua visão em relação ao lugar visitado mudou após visitá-lo?
- Você tem algum comentário final que gostaria de fazer?